

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

138

138

SALVADOR • NOVEMBRO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

REVISÃO

Luis Fernando Sarno

PRODUÇÃO GRÁFICA

Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

IDEA Design

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

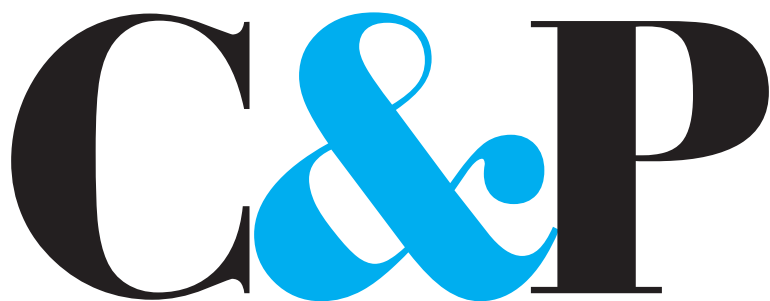
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
[www. sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br)



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Febre Aftosa: Alerta na Bovinocultura Brasileira de Exportação

Alynson Rocha 4

Conjuntura Econômica Baiana 8

Artigos

Produção industrial crescente a taxas cada vez mais decrescentes

Paulo Henrique Carvalho e Silva 18

Uma análise das estratégias competitivas dos mercadinhos de Salvador

João Paulo Caetano Santos 25

Performance recente do PIB e desigualdade regional: uma breve análise quantitativa

Jorge Tadeu Caffé
Nícia Moreira 31

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 17,7 bilhões 36

Notícias 40

Legislação 43

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 46

Indicadores Sociais 52

Finanças Públicas 62

Carta do Editor

A desaceleração do nível de atividade no início do segundo semestre de 2005 reflete o grau elevado de ortodoxia da política econômica, que só a partir de setembro reduziu modestamente a taxa básica de juros. A perda de dinamismo do setor externo, associada às políticas monetária e fiscal contracionistas adotadas pelo governo, levaram à retração da atividade do terceiro trimestre do ano.

À medida que a valorização do real seja mantida, num contexto de altas taxas de juros e dívida pública elevada, a atividade econômica tenderá a se manter em ritmo de queda. Entretanto, apesar dos indicadores para esse período sinalizarem uma aparente desaceleração, quando comparado com o desempenho apresentado pela economia no ano de 2004, fatores como a possibilidade de queda gradual da Selic criam expectativas mais otimistas para o comportamento da economia brasileira nos próximos meses.

Nesse aspecto, a Revista Conjuntura e Planejamento (C&P) de nº 138 traz a discussão sobre a conjuntura econômica apresentando dados que arrefecem um possível clima de pessimismo, ao tempo em que explana sobre os agentes propulsores do crescimento da economia. Essa abordagem contribui positivamente para elucidar o leitor quanto aos agentes que condicionam diretamente o comportamento macroeconômico do país.

No artigo *Produção industrial crescente a taxas cada vez mais decrescentes*, Paulo Henrique Carvalho e Silva analisa os dados mais recentes dos índices macroeconômicos, comparando-os com as taxas apresentadas para o 2º trimestre de 2005. Apesar de focar o comportamento da produção industrial nos dois primeiros meses do segundo semestre, o autor reitera os aspectos positivos sinalizados para manutenção da trajetória de crescimento econômico.

Em outro artigo, intitulado *Performance recente do PIB e desigualdade regional: uma breve análise quantitativa*, Jorge Tadeu Caffé e Nícia Moreira abordam a questão do desempenho da economia sob a ótica do PIB - 2004. Nesse artigo, discute-se sobre a excelente performance do PIB Baiano, ressaltando que o crescimento da economia baiana foi satisfatório em todos os setores de atividade, com destaque para a indústria de transformação.

Assim, ainda é cedo para se traçar o cenário econômico nos próximos meses. Havendo uma estabilidade da taxa básica de juros, espera-se que as políticas de natureza contracionista sejam abandonadas, de forma a se ampliar a taxa de investimento da economia, além de manter o aquecimento do nível de atividade.

Febre aftosa: alerta na bovinocultura brasileira de exportação

Alynson dos Santos Rocha*

Havia um certo consenso entre criadores e demais agentes da pecuária brasileira ao considerarem 2005 o ano da consolidação do país na liderança das exportações mundiais de carnes. As expectativas eram as melhores possíveis. Observando-se os resultados de janeiro a setembro, divulgados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CONFEDERAÇÃO..., 2005), as exportações alcançam US\$ 2,4 bilhões em receita, aproximadamente 31% a mais que o registrado no mesmo período de 2004. Tais resultados projetavam a cifra de US\$ 3,2 bilhões em exportações de carnes para 2005, 22% superiores ao ano anterior.

Na composição das exportações – como pode ser visualizado na Figura 1 –, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ASSOCIAÇÃO..., 2005), destacam-se a carne bovina *in natura* (79%), a industrializada e os cortes salgados. Para mercados, além dos *tradicionais* – Rússia, União Européia, Egito, Reino Unido e Holanda, que contribuem com 45% do total das exportações –, tem-se a ampliação da comercialização com os Estados Unidos e as novas oportunidades no Japão e Coreia do Sul. A confirmação desses mercados significaria uma importante conquista para a bovinocultura nacional, principalmente por se tratar de grandes consumidores e por demonstrar o grau de especialização e profissionalização atingido pela cadeia produtiva brasileira, visto que os países citados adotam legislações rigorosas para a atividade.

Entretanto, essa trajetória sofre um revés a partir da segunda quinzena de outubro, quando são revelados os primeiros sinais de ressurgimento da febre aftosa¹

no país, em uma fazenda no município de Eldorado, Mato Grosso do Sul. Passada a consternação inicial – afinal, a liderança do Brasil no mercado de carnes foi conseguida ao longo de um processo contínuo de vacinação dos animais e convencimento dos importadores da condição brasileira de *zona livre da aftosa*, especialmente a partir do final da década de 1990 –, começam as indagações no sentido de se descobrir como a doença voltou e atacou no estado com o maior rebanho bovino do país (a peculiaridade deste caso)².

Na investigação das causas do problema traz-se à tona um conjunto de condutas na cadeia produtiva do município sul-mato-grossense, potencialmente prejudiciais a toda a bovinocultura nacional. Relacionando-se aos criadores, tem-se o transporte ilegal de animais através da fronteira com o Paraguai – onde frequentemente são relatados casos de aftosa. Relatam-se falhas e irregularidades no processo de fiscalização sanitária (tanto no lado paraguaio quanto no

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Técnico da SEI. alynson@sei.ba.gov.br

¹ Em síntese, a febre aftosa é uma doença de origem virótica, altamente contagiosa, que ataca não somente bovinos, mas também suínos, ovinos e caprinos. O animal infectado apresenta muitas lesões (aftas, daí a designação da doença), particularmente no trato digestivo superior (boca e esôfago). Muito doloridas, as aftas impedem o animal de se alimentar, fazendo com que perca peso rapidamente, reduzindo também a produção de leite. Consequentemente, há perda de valor comercial dos animais. Não existem efeitos para o homem (ao consumir carne e leite de animais doentes), mas o abate é solução imediata para rebanhos já infectados, para conter a proliferação do vírus.

² No início dos anos 2000, registram-se casos de aftosa em estados da Região Norte do Brasil. Por não se tratarem de rebanhos destinados à exportação, os impactos no conjunto da pecuária brasileira foram minimizados.

brasileiro), a cargo das agências e instituições de defesa agropecuárias. Para o âmbito federal, criadores apontam a falta de recursos para empreender ações eficazes no que diz respeito à vacinação e controle das patogenias.

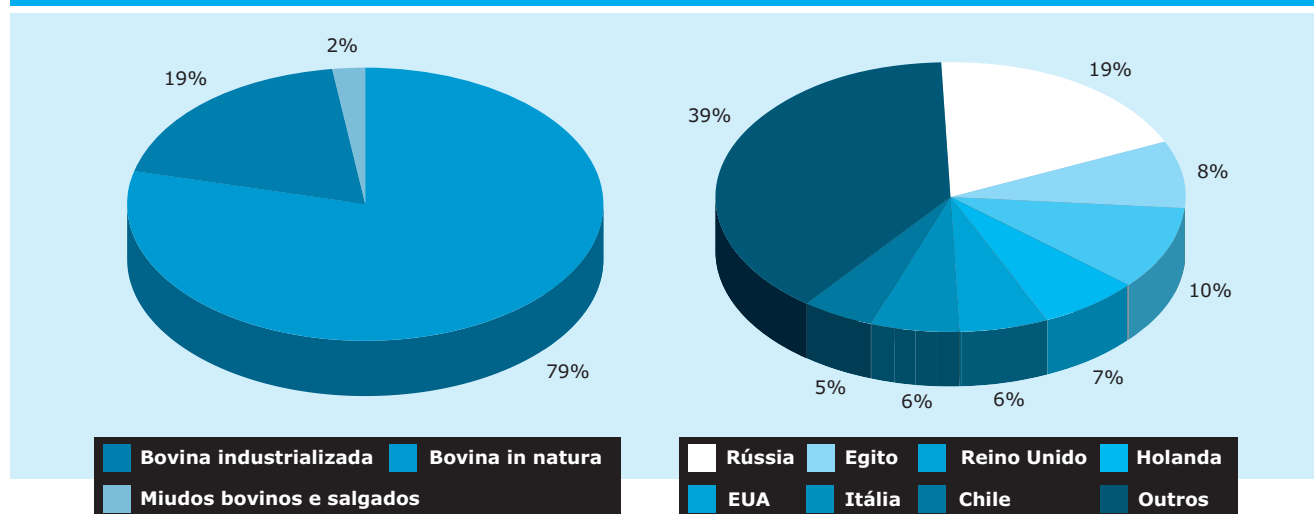
Enquanto as responsabilidades não são detectadas e claramente atribuídas e as medidas de combate encontram dificuldades para a implantação – em alguns casos o abate dos animais infectados é precedido pela discussão entre criadores e os governos estadual e federal sobre indenização (valores) pelos animais abatidos –, a doença se espalha pela região sul do Mato Grosso do Sul, com suspeitas de casos em São Paulo e no Paraná (dois grandes estados produtores e exportadores de carne), e os impactos já se fazem presentes: suspensão de exportações, queda do faturamento e a perda da confiança do comprador internacional no pecuarista brasileiro.

Com a suspensão das compras de carne bovina brasileira por diversos países, inclusive pela Rússia, o maior comprador individual, instituições relacionadas à atividade exportadora no Brasil começam a projetar as perdas para o último trimestre de 2005. Segundo a ABIEC, por exemplo, os prejuízos são calculados em US\$ 100 milhões para o mês de novembro, com igual comportamento para dezembro. A redução em volume, comparando-se ao mesmo período de 2004, alcança patamar entre 25% e 30%. Confirmando-se esses resultados, as receitas fecham 2005 em aproximadamente US\$ 3 bilhões, menores, portanto, que

as previsões realizadas nos primeiros meses de 2005. Vislumbra-se um cenário mais positivo para o primeiro semestre de 2006, quando se espera que autoridades sanitárias e criadores tenham controlado a doença. Além disso, a possibilidade de faltar carnes nos países importadores pode reverter-se em vendas para o produtor brasileiro.

No entanto, esse processo de reconstrução da posição do Brasil nos mercados internacionais configura-se no ponto de maior dificuldade a ser enfrentado pelos elos da cadeia produtiva da carne. A pecuária bovina do Brasil é reconhecida por ser competitiva em termos de custos – geralmente a criação é extensiva, utilizando pastagens como componente básico da alimentação. O país possui um dos maiores rebanhos comerciais do mundo, com plena capacidade de atender os mercados externos. A presença da febre aftosa em Mato Grosso do Sul e as suspeitas em outros estados geram desconfiança nos compradores, sinalizando que todo o trabalho conseguido pelos pecuaristas visando as exportações terá de ser reconstruído, não se garantido as mesmas condições de comercialização, além da paralisação das negociações para o ingresso da carne brasileira em novos mercados. Para a Sociedade Rural Brasileira (SOCIEDADE..., 2005) “(...) o trabalho para abertura dos mercados dos Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul, que representam cerca de 60% do mercado mundial de carne (US\$ 7,5 bilhões), sofreu um forte retrocesso com a crise da aftosa. As negociações voltaram à estaca zero”.

Figura 1
Composição e destino das exportações de carne bovina, Brasil: Janeiro-Setembro 2005



Fonte: ABIEC, 2005 (com adaptações).

O reaparecimento da febre aftosa em rebanhos brasileiros surge como mais um alerta ao crescimento do agronegócio nacional. A preocupação ganha importância, pois episódios semelhantes reduzem a confiança dos compradores em todos os elos das cadeias produtivas. Retome-se, por exemplo, a contaminação da soja exportada com agroquímicos que, entre outros motivos, serviu de pretexto ao embargo das compras feitas pela China, ainda no primeiro semestre de 2005. Especificamente à carne bovina, embora os resultados das exportações sejam bastante superiores aos verificados em 2004, o caso em Mato Grosso do Sul revela que ainda existem entraves a serem resolvidos, objetivando não só o avanço da bovinocultura, mas também a manutenção de mercados internacionais. Contudo, a movimentação forçada de todos os agentes para recolocar as exportações de

carnes na direção do crescimento – como a estratégia dos grandes frigoríficos de captar animais para o abate em estados livres da aftosa – configura-se no ponto positivo dessa repentina crise na pecuária brasileira.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. Disponível em: www.abiec.com.br. Acesso em: 21 out. 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Disponível em: www.cna.org.br. Acesso em: 17 out. 2005.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. Disponível em: www.srb.org.br. Acesso em: 20 out. 2005.

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**



Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de agosto de 2005, a economia baiana manteve a trajetória de crescimento verificada nos primeiros sete meses do ano. Produção industrial, comércio varejista e comércio exterior mantêm no acumulado do ano taxas de crescimento superiores às verificadas em 2004.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no mês de agosto, variação positiva de 11,4%, na comparação com o mesmo mês de 2004. No ano, a indústria acumulou crescimento de 4,5% na comparação com o mesmo período de 2004. Dentre os setores, *veículos automotores* (45,6%) e *alimentos e bebidas* (9,1%) foram os que registraram as maiores taxas de crescimento. Já o setor *metalúrgica básica* (-5,2%) foi o único que registrou queda no mesmo período.

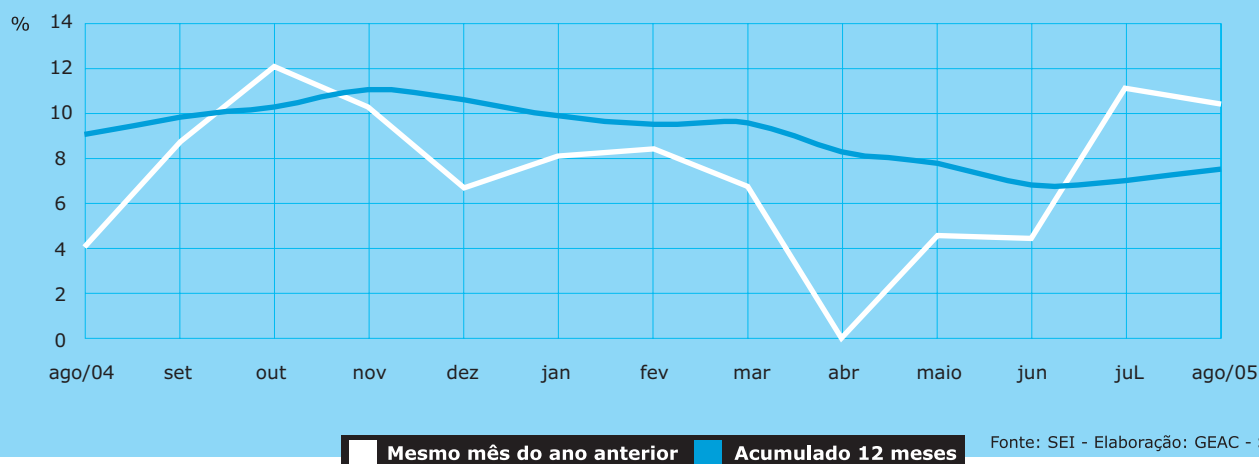
No comércio exterior, de janeiro a setembro de 2005, foi registrado crescimento tanto nas exportações quanto nas importações. Segundo os dados do MDIC, nos nove meses do ano as exportações baianas somaram US\$ 4.247 bilhões, crescimento de 50,0% sobre o mesmo período do ano anterior; já as importações somaram US\$ 2.462 bilhões, crescimento de 19,4%. Com estes resultados, o saldo da balança comercial foi de US\$ 1.784 bilhão, com crescimento de 126,0% na comparação com o saldo do mesmo período do ano anterior.

O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 8,0% no acumulado do ano. Os segmentos que apresentam as maiores taxas de crescimento no ano continuam sendo: móveis e eletrodomésticos (44,9%); equipamentos e materiais para escritório (40,8%); e tecidos e vestuários (18,5%). O segmento veículos, motos e peças registra crescimento de 10,6% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou no mês de outubro alta de 1,1% nos preços. No período de janeiro a outubro, a inflação em Salvador acumula alta nos preços de 5,2%. Nesse mesmo período, em 2004, o IPC-SEI apresentava taxa de 7,3%. No período, as maiores altas ocorreram nos grupos *habitação e encargos* (17,7%) e *transporte e comunicação* (8,5%).

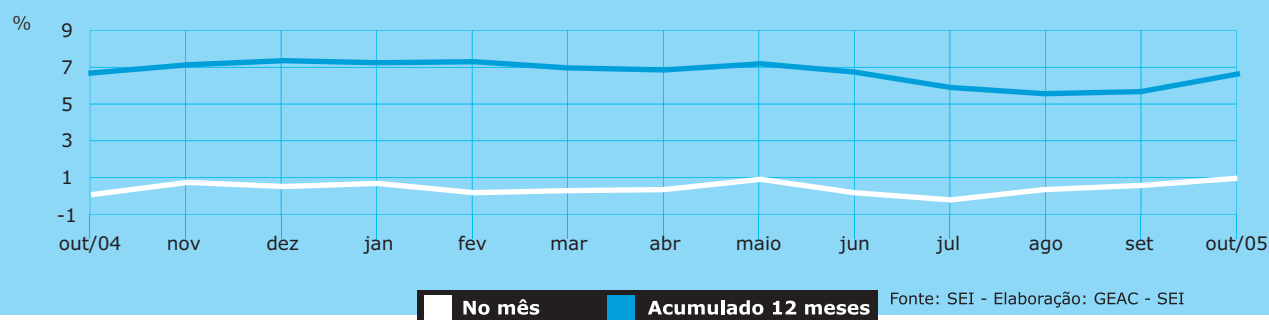
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEA-DE), fechou em setembro com taxa de desemprego em 23,6% e 1,0 p.p. abaixo da taxa de agosto. No mês, 1.299 milhão de pessoas declararam estar exercendo alguma atividade econômica. Com relação ao rendimento, registra queda de 0,2% no acumulado do ano até agosto.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



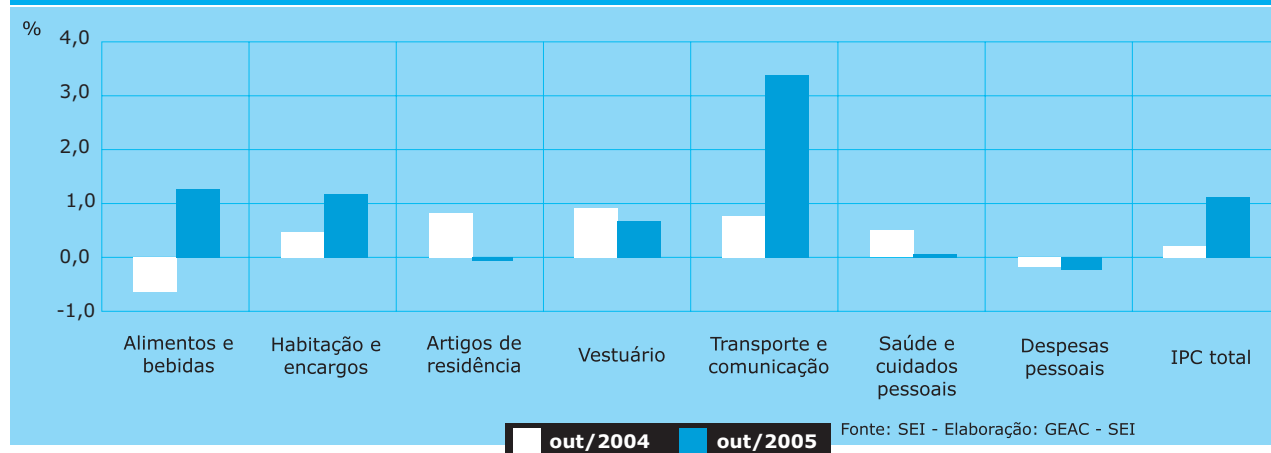
Em agosto, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC registrou alta de 10,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação com o mês de julho de 2005, houve redução de 2,2%. Após estes resultados, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 7,5% ante 7,0% registrado em julho, mantendo assim a tendência de crescimento na atividade econômica do município.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



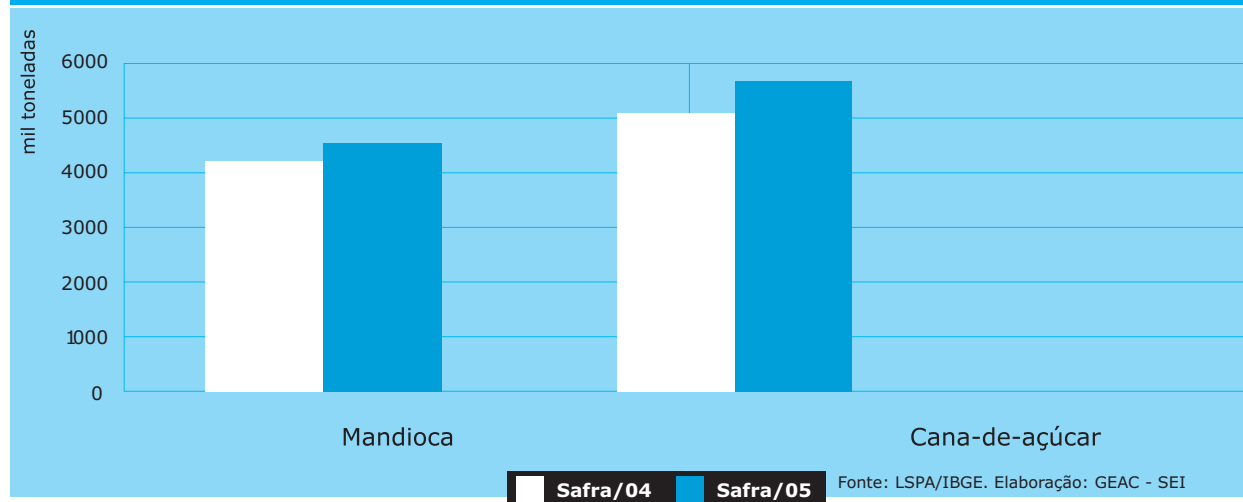
No mês de outubro, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 1,09%, bem acima dos 0,67% do mês de setembro. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 6,7%. Transporte e comunicação (13%) e Habitação e encargos (19,3%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (0,5%) continua sendo o item que menos pressiona na formação do índice.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador

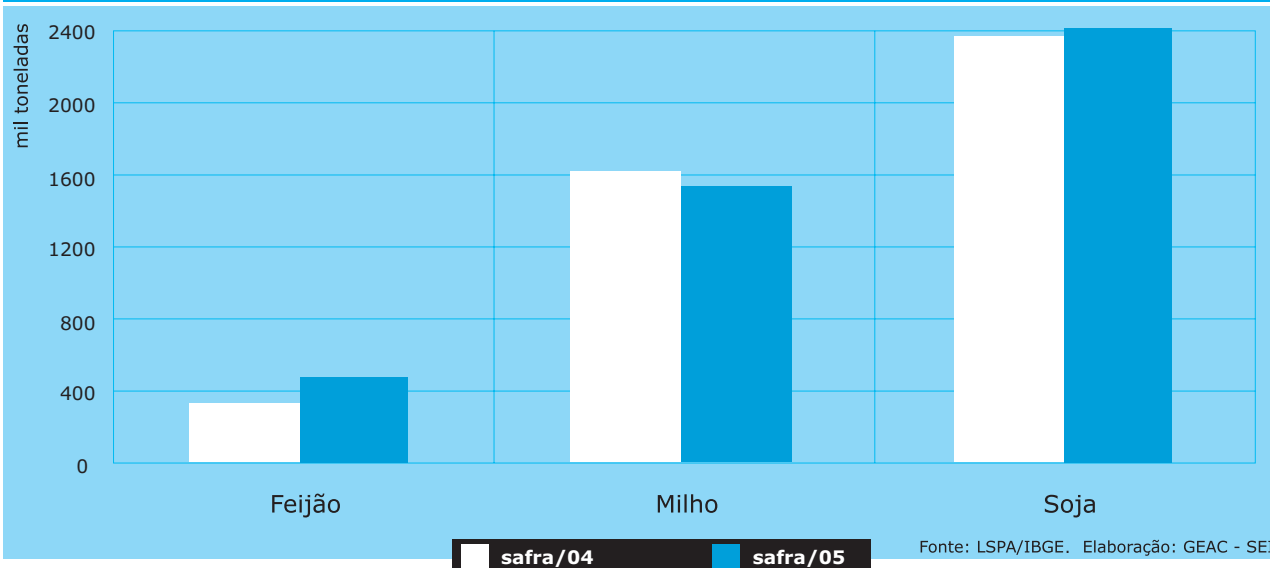


Os grupos de Transporte e Comunicação (3,3%) e de Alimentos e Bebidas (1,3%) apresentaram, em outubro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens transporte público (8,7%) e produtos in natura (3,8%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de despesas pessoais (0,24%) e artigos de residência (0,07%) registraram taxa negativa.

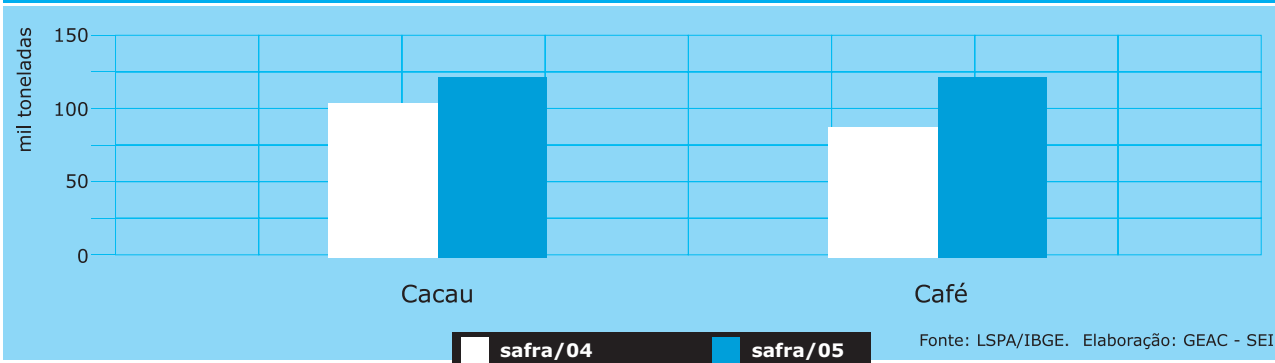
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas para a safra baiana, realizadas em outubro de 2005 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), mantêm elevação de 7,7% para a safra de mandioca, refletindo os aumentos de 4,5% na área plantada, 4,0% na área colhida e 3,5% no rendimento da lavoura. Para a cana-de-açúcar, a conjuntura favorável dos preços do açúcar/álcool responde pela elevação em 11,8% da produção. Confirma-se a partir da área plantada, com incremento de 9,9% em relação à safra 2004.

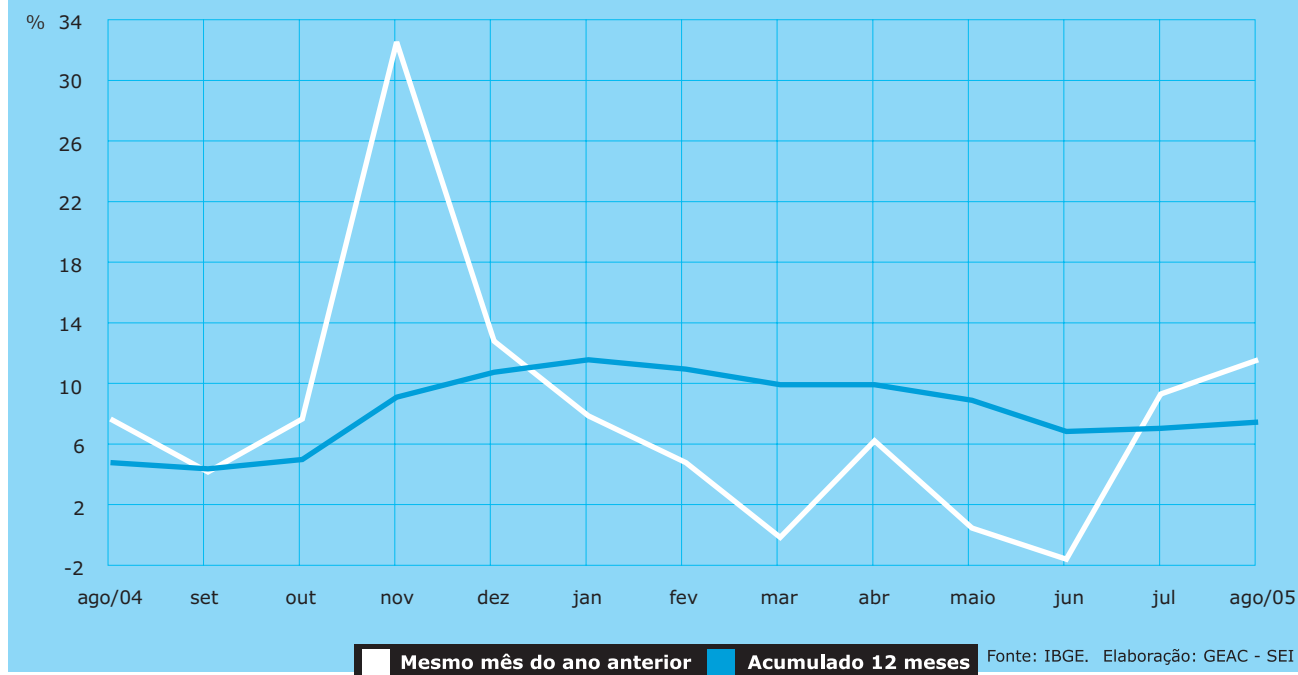
Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia

As estimativas do LSPA confirmam expansão significativa para o feijão (41,8%). Esse resultado confirma o bom desempenho do feijão 2ª safra, com aumento de 68% da produção. Para o milho, mantêm-se as estimativas de redução da safra em aproximadamente 5%. A queda do rendimento da lavoura (9,4%) contribui para esse resultado. Para a soja, segue a estimativa de aumento da produção em 1,6%, sem alteração das observações para as áreas plantada e colhida.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia

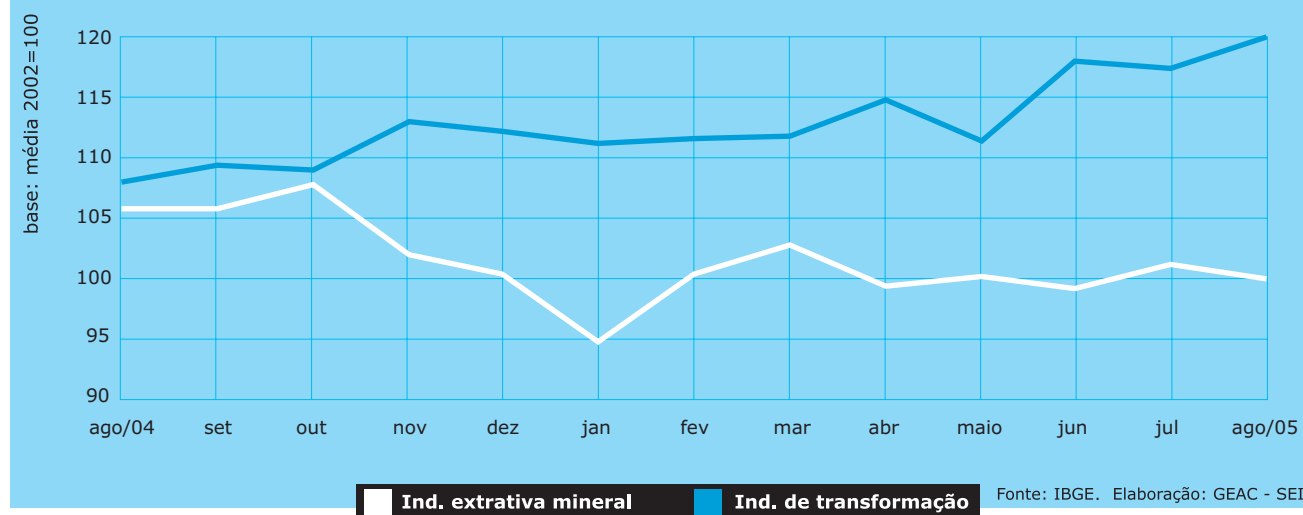
Em outubro de 2005 mantém-se a observação de aumento da produção de cacau (4,0%). Justifica-se pelos aumentos de 2% da área plantada e de 1,6% do rendimento (kg/hectares). Para o café, o LSPA aponta elevação de 8,5% da produção. A expansão de 9,2% do rendimento da lavoura contribui para o resultado observado. Entretanto, as análises permitem verificar a redução das áreas plantada (0,9%) e colhida (0,6%) em relação à safra 2004.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em agosto, expressivo crescimento de 11,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Nos doze meses, o índice passou de 6,9% em julho para 7,3% em agosto. Os setores que registram as maiores taxas nos doze meses são: veículos automotores (50,4%), refino de petróleo e álcool (18,9%) e alimentos e bebidas (10,4%).

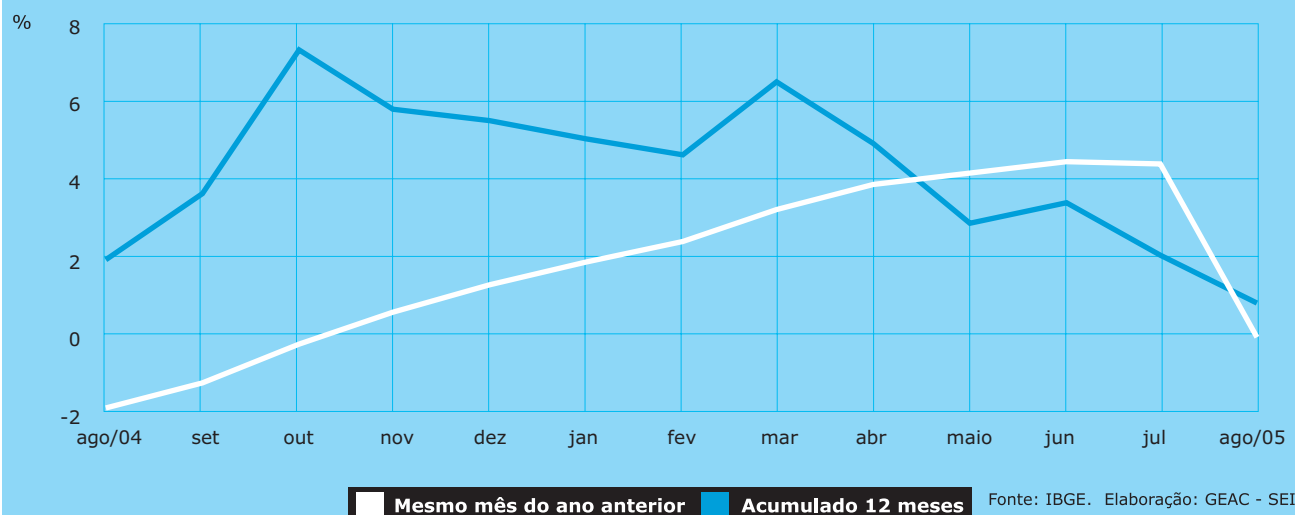
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



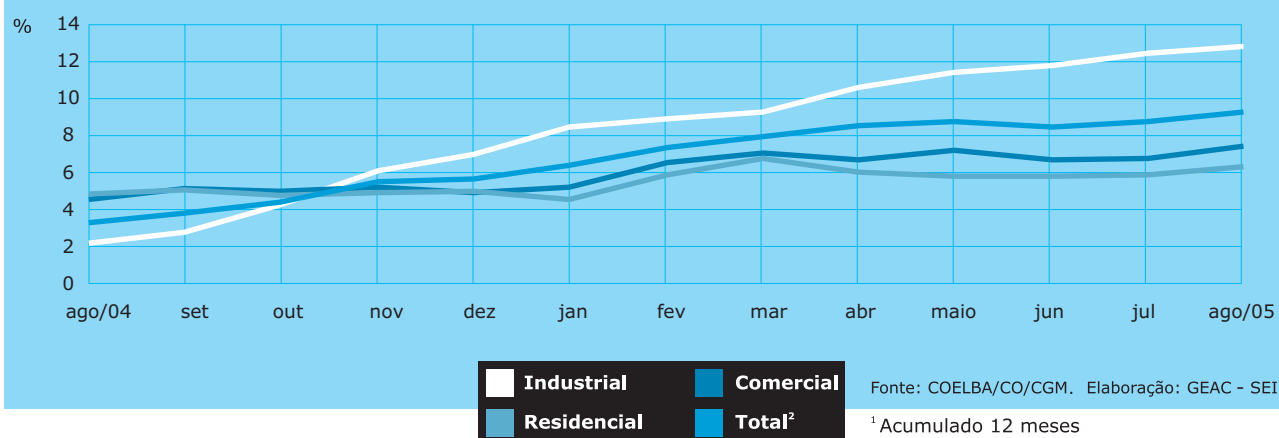
A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana também mostra taxa positiva (2,3%), na comparação entre agosto e julho de 2005. As maiores altas no período se deram nos setores de refino de petróleo e álcool (10,6%) e alimentos e bebidas (2,1%).

Já a indústria extrativa mineral, após ter registrado crescimento no mês anterior, fechou agosto com queda de 1,3% na comparação com julho de 2005.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em agosto de 2005, acréscimo de 0,6% em relação a agosto de 2004; no acumulado dos doze meses o emprego na indústria baiana registra alta de 4,4%, sendo que os setores que tiveram os maiores incrementos foram: Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações (56,7%), Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (21,6%) e Metalurgia básica (10,7%).

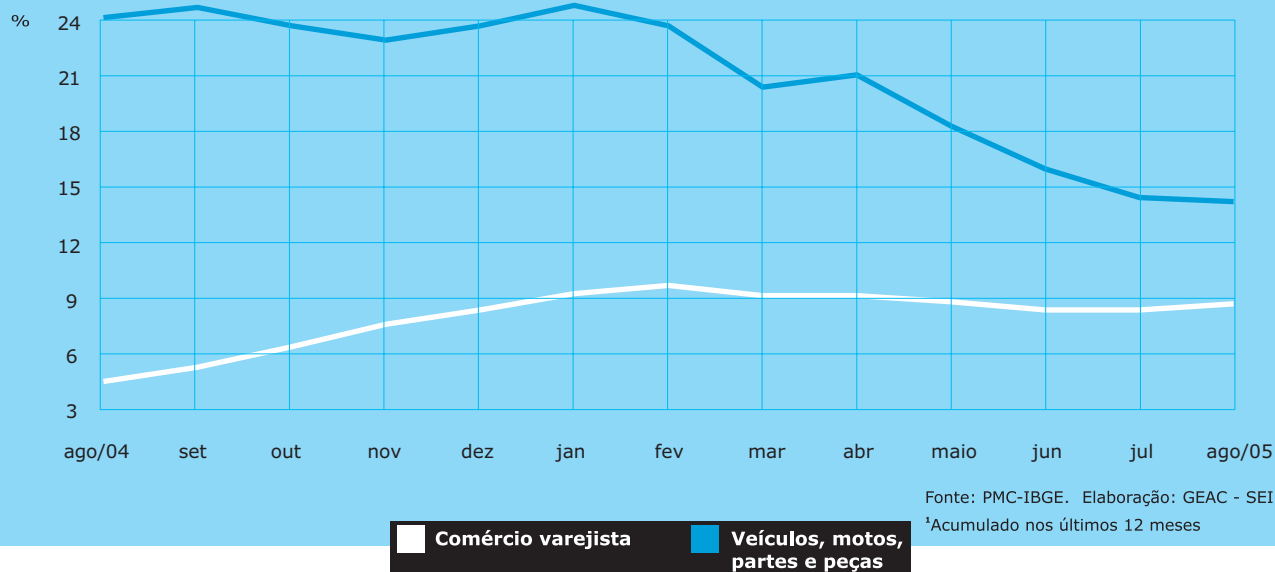
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

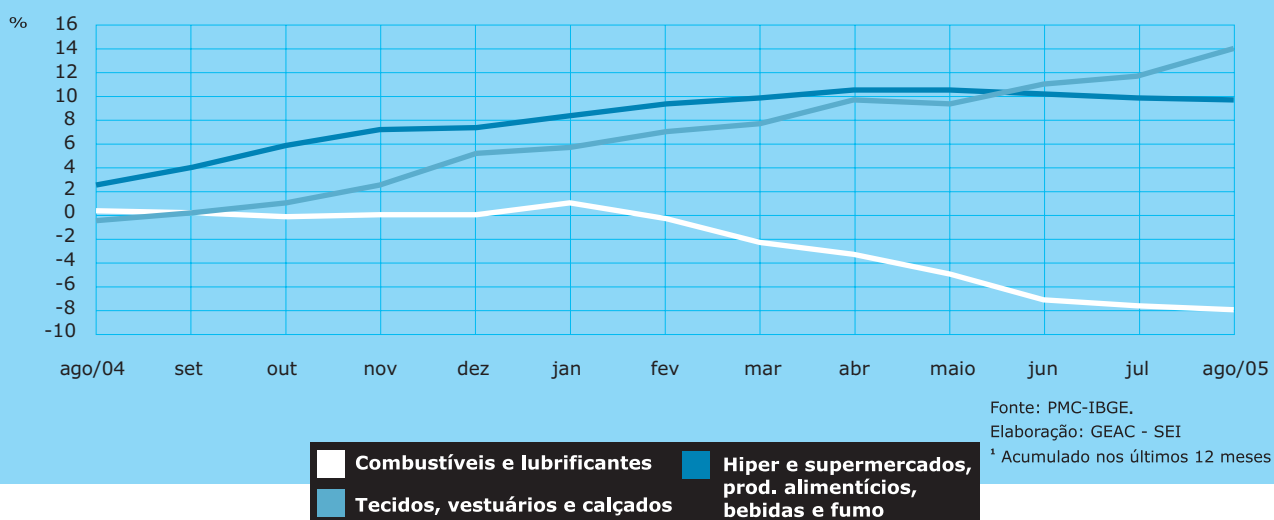
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, manteve, em agosto de 2005, trajetória de crescimento, registrando alta de 9,3% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, a indústria continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 12,9%. O consumo comercial teve um leve crescimento em relação ao mês de julho (0,7 p.p.) e o consumo residencial um crescimento de 0,4 p.p em relação ao mês anterior.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



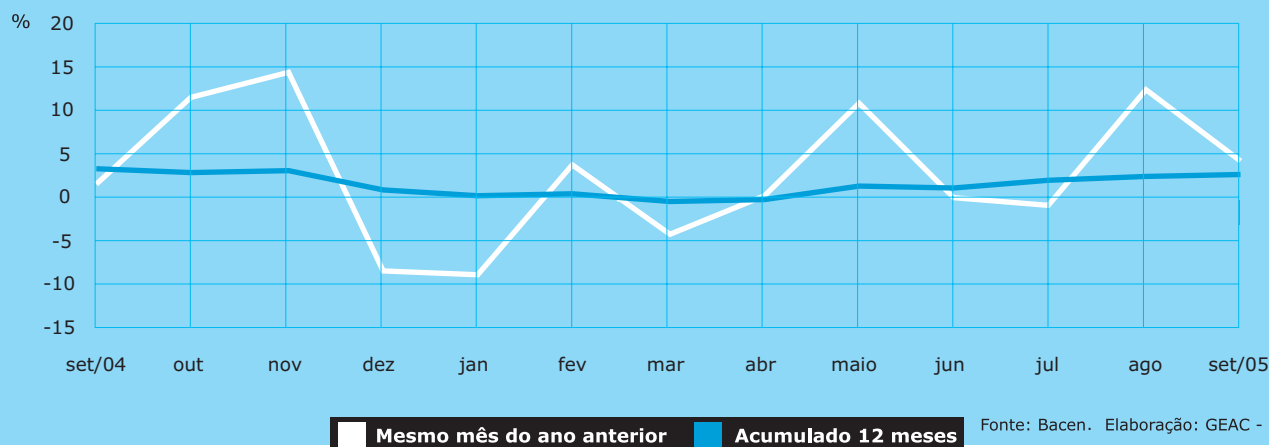
O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de agosto de 2005, pelo vigésimo primeiro mês consecutivo, um acréscimo de 11,5% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 8,7%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 19,4% ante igual mês de 2004. A aceleração nas vendas apresentada pelo grupo é explicada pelo acirramento da concorrência entre as revendedoras, além da elasticidade dos prazos de pagamento. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 14,2%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



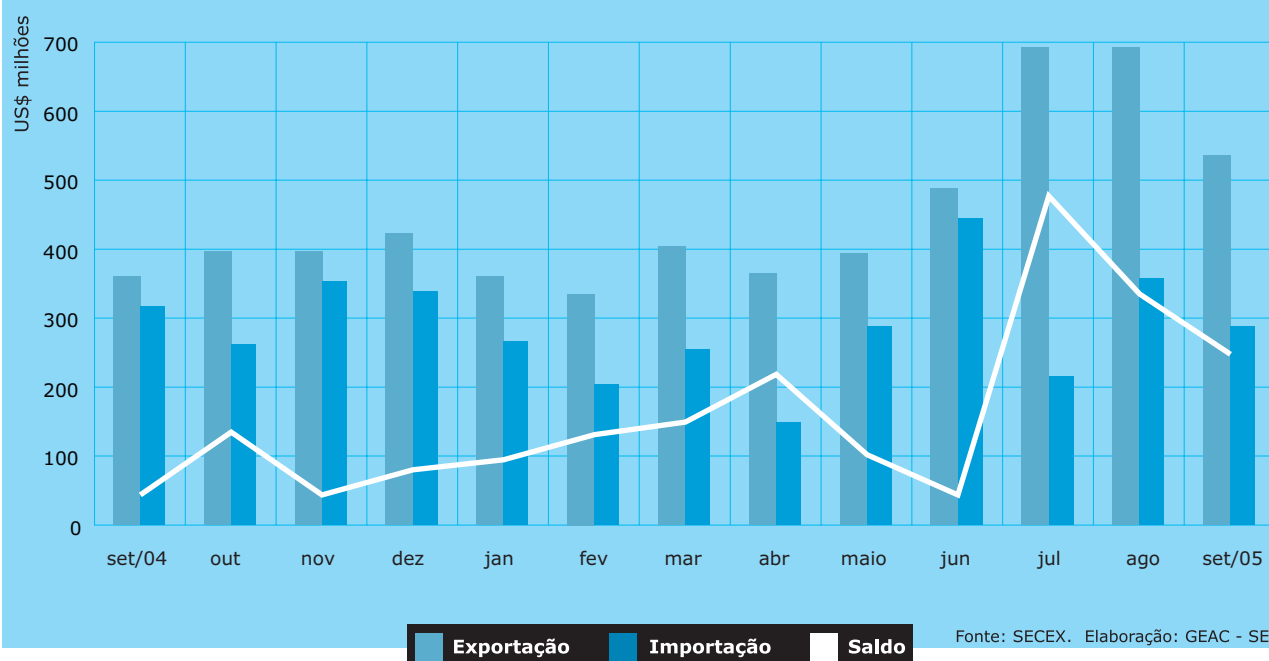
Segundo a PMC (IBGE), o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até agosto/05, um crescimento de 45,6% no volume de negócios. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento das compras. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Tecidos e vestuário e Hiper e supermercados, com 13,9% e 9,4%, respectivamente.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

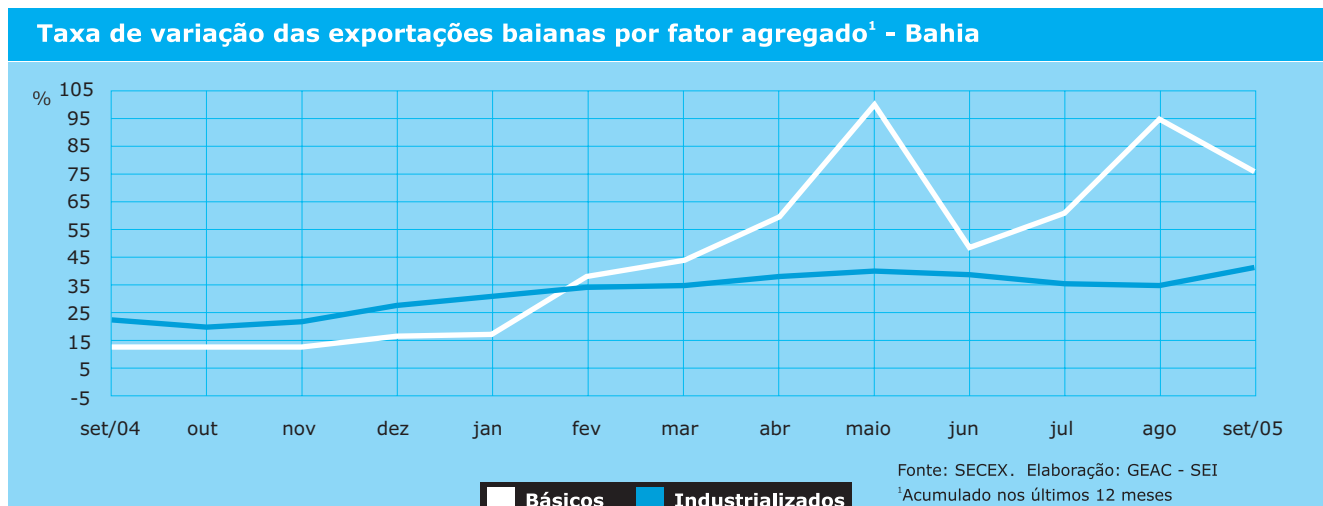


Em setembro de 2005, foram emitidos 389.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 3,98% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação setembro05/agosto05, houve uma queda de 4,47% no total de cheques sem fundos. Apesar da queda registrada em setembro, a taxa acumulada nos 12 meses apresentou um crescimento de 2,55%, mantendo a tendência de queda no volume de cheques sem fundos emitidos.

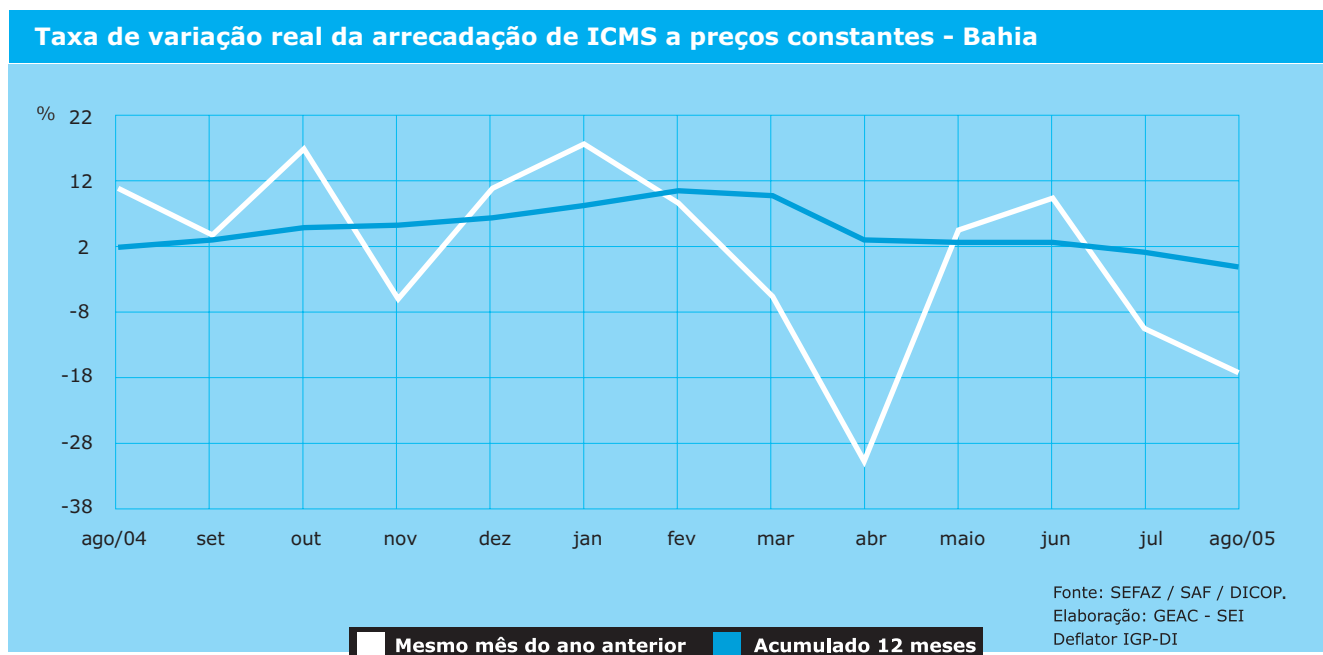
Balança comercial - Bahia



A balança comercial baiana registrou, em setembro de 2005, um saldo superavitário de US\$ 246,6 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 533,9 milhões, o que representa um crescimento de 48,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 287,3 milhões, com uma queda de 9,0% em relação a setembro de 2004. O desempenho das exportações deve-se ao forte dinamismo comercial com países como Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

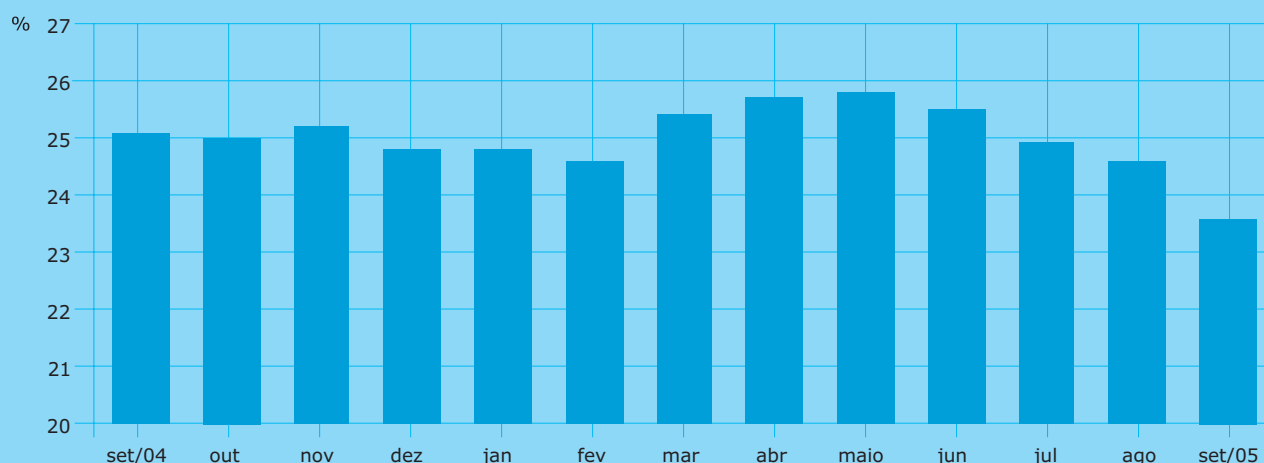


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 74,5% para a categoria de produtos básicos nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento nas vendas, de 40,5%. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.



A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de agosto de 2005, queda de 17,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 490.534 milhões. Com esse resultado, a arrecadação registra uma queda de 1,5% nos últimos 12 meses, enquanto que em julho estava com uma taxa positiva de 0,81%. No ano, a arrecadação total é de R\$ 4.398.414 bilhões.

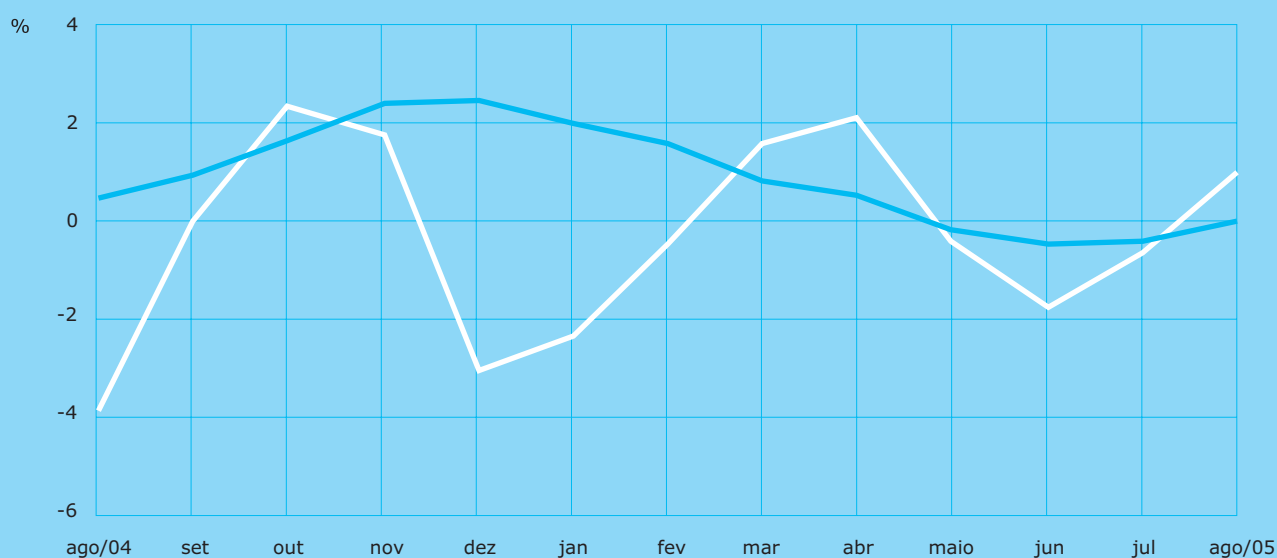
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração: GEAC - SEI

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego revelaram uma redução da taxa de desemprego comparando-se ao mês anterior, resultando numa taxa de 23,6% da População Economicamente Ativa (24,6% em ago/05). Em setembro de 2005 foram criados 29 mil novos postos de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, o que compensou a entrada de 15 mil pessoas na PEA. Todos os setores da economia obtiveram resultados positivos, com destaque para o setor de serviços, que respondeu por 20 mil novos postos; a indústria gerou 5 mil dos novos postos.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: GEAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

■ Mesmo mês do ano anterior ■ Acumulado 12 meses

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou incremento de 0,86% em agosto de 2005, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa negativa de 0,14%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu, em ago/05, a R\$ 716,00, contra R\$ 707,00 em jul/05.

Produção industrial crescente a taxas cada vez mais decrescentes

Paulo Henrique Carvalho e Silva*

Os dados recentes da inflação, da balança comercial, do desempenho do PIB no 2º trimestre de 2005, incluindo os resultados do nível de atividade da economia brasileira, sinalizaram o que já era esperado: um resultado positivo para a economia como um todo. Segundo a maioria dos analistas de mercado, o crescimento econômico para este ano deve alcançar cerca de 3,5%; projeções mais otimistas, como aquelas realizadas pelo Grupo de Conjuntura do IE/UFRJ, não ultrapassam a taxa de 3,7%, muito aquém dos 4,9% registrados no ano passado. Alguns economistas caracterizam este provável crescimento como um importante sinal de estabilidade na economia brasileira, porém lembram que é possível que o país esteja perdendo a chance de crescer de forma mais pujante, haja visto um favorável cenário

internacional. De acordo com o FMI, o Brasil terá um crescimento aproximado de 3,3%, enquanto que Venezuela e Argentina poderão crescer 7,8% e 7,5%, respectivamente. Outros analistas acreditam que as projeções são bastante positivas, uma vez que estamos vivenciando um período de acentuada crise política, envolvendo o poder executivo e legislativo do país, em função dos escândalos originados a partir do chamado “mensalão”. Contudo, em razão da

* Aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais – NEC. paulo_eco_ufba@yahoo.com.br. O autor agradece a colaboração e revisão realizada por Rodnei Fagundes Dias, aluno do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais.

Tabela 1
PIB - trimestre em relação ao trimestre anterior, Brasil: 2004-2005

Setor de atividade	2004		2005	
	Jul-Set	Out-Dez	Jan-Mar	Abr-Jun
PIB	1,2	0,7	0,4	1,4
Por setor de Atividade				
Agropecuária	- 2,2	2,3	1,7	1,1
Indústria	2,5	0,8	- 0,8	3,0
Serviço	0,9	0,5	- 0,1	1,2
Por componente da Demanda Final				
Consumo das Famílias	1,3	1,1	- 0,2	0,9
Consumo do Governo	1,2	0,5	0,3	1,1
FBKF	6,2	- 2,9	- 3,6	4,5
Exportação	2,3	4,3	3,3	2,6
Importação	4,1	3,4	2,2	2,4

Fonte: IBGE - Contas Nacionais

aparente proteção econômica conferida pela política fiscal e monetária do Governo Lula, esses escândalos acabaram não afetando o desempenho econômico.

O PIB brasileiro no 2º trimestre de 2005 registrou um crescimento de 1,4%, em relação ao trimestre imediatamente anterior, após dois trimestres sucessivos de fraco desempenho, conforme ilustra a Tabela 01. Este crescimento foi possível graças aos consecutivos superávits na balança comercial, a tendência da inflação para as metas estabelecidas e a expectativa de uma redução esperada da taxa SELIC ao longo dos próximos meses, mesmo de forma suave.

O desempenho do PIB no 2º trimestre foi impulsionado pelo setor industrial, que registrou um crescimento de 3% em comparação com o trimestre imediatamente anterior. Essa dinâmica não era observada desde o 3º trimestre de 2004, quando o setor agropecuário passou a ser o principal responsável pelo crescimento do PIB brasileiro. Na análise dos dados contidos na tabela acima, constata-se que o crescimento mais pujante da indústria coincidiu com uma expansão mais acentuada do PIB trimestral. Observando-se o lado da demanda, verificou-se nitidamente uma reversão na tendência de desaceleração do consumo das famílias e um crescimento na formação bruta de capital fixo (FBKF).

Chama atenção o fato de que, no 2º trimestre de 2005, o consumo das famílias cresceu 0,9%; tal acréscimo pode ser atribuído provavelmente à melhora do mercado de trabalho. Essa melhora tem sido influenciada pela queda nas taxas de desemprego (que este ano, de janeiro a agosto, arrefeceu cerca de 0,8 ponto percentual, atingindo o patamar de 9,4%). Além disso, o aumento da massa de rendimentos efetivamente recebidos e a expansão do crédito, principalmente na modalidade de desconto em folha de pagamentos, também acabaram influenciando esse consumo.

O crescimento da FBKF (4,5% no 2º trimestre de 2005) pode estar associado às expectativas de uma gradual redução da taxa de juros, bem como à valorização do real frente ao dólar. Alguns analistas, inclusive, defendem que muitos empresários têm aproveitado essa conjuntura para realizar investimentos para a modernização e ampliação da capacidade produtiva.

A produção industrial no mês de agosto/2005 apre-

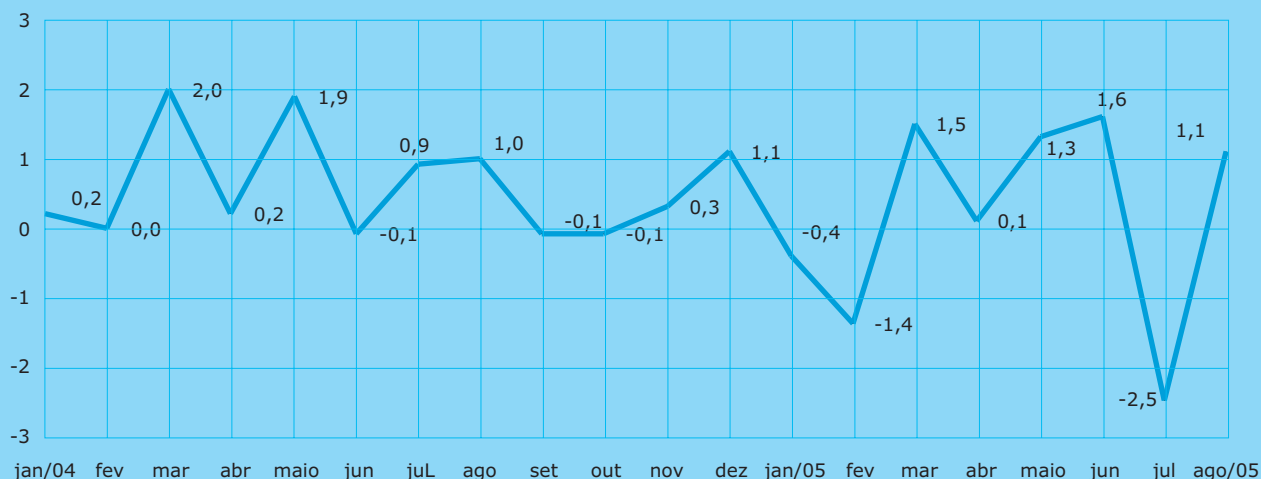
sentou uma variação positiva de 1,1%, na comparação com o mês anterior (descontados os efeitos sazonais). Esse crescimento tende a revelar que a queda registrada no mês de julho/2005 (-2,5%) – maior recuo desde dezembro de 2002, quando caiu (-2,7%) – não significou a materialização de uma tendência da produção industrial. Até julho/2005, a indústria havia apresentado uma expansão por quatro meses consecutivos, que é ilustrada no Gráfico 1. Para alguns analistas, esta queda já era esperada, uma vez que crédito e exportação – principais responsáveis por garantir o crescimento industrial – começaram a apresentar sinais de desaceleração. Um outro fator que contribuiu para o movimento registrado em julho foi a grande formação de estoques na produção industrial, obrigando a indústria a proceder seu escoamento.

A produção industrial no mês de agosto/2005 apresentou uma variação positiva de 1,1%, na comparação com o mês anterior (descontados os efeitos sazonais)

De acordo com pesquisa feita pela FGV entre os meses de maio/05 e junho/05, 19% dos empresários avaliaram que os estoques que estavam sendo formados naquele período eram excessivos (Folha de São Paulo, 14/07/2005). Com relação à queda na produção industrial, têm-se que ela foi maior do que a esperada, em função principalmente da menor quantidade de dias úteis ocorridos em julho de 2005, comparando ao mês anterior. Problema este que a dessazonalidade não conseguiu captar. Esse efeito dos dias úteis, em certa medida, pôde ser comprovado pelo crescimento da indústria no mês agosto/2005, quando o nível de crescimento voltou a um certo patamar de normalidade.

A produção industrial, em agosto/2005, no confronto com agosto/2004, aumentou 3,8%. Com a elevação da produção industrial em agosto de 2005, o setor acumulou ao longo do ano um acréscimo de 4,3% na comparação com mesmo período do ano anterior. Além disso, a taxa acumulada nos últimos doze meses recuou de 5,9% em julho/2005, para 5,1% em agosto/2005 (IBGE, 2005). No que se refere

Gráfico 1
Indicador de produção industrial geral*, Brasil: Jan/2004 - Ago/2005



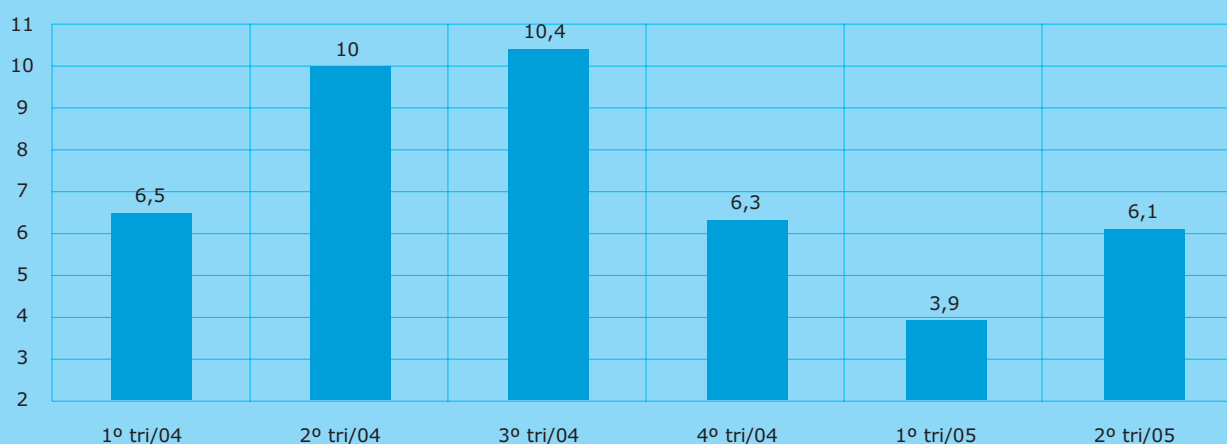
Fonte: PIM/IBGE

*Com ajuste sazonal

aos ramos da indústria, verificou-se que dos vinte e três segmentos, ajustados sazonalmente, onze apresentaram crescimento na passagem do mês de julho para agosto, dentre os quais se destacaram: fumo (25,1%), farmacêutica (6,2%), máquinas e equipamentos (3,2%), refino de petróleo e produção de álcool (2,4%) e bebidas (5,8%). As principais reduções ocorreram nos ramos de celulose e papel (-5,7%), de alimentos (-1,4%) e de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-3,2%).

Na avaliação da produção industrial trimestral, referente ao mesmo período do ano anterior, o primeiro trimestre apresentou um crescimento de 3,9% e no segundo trimestre este crescimento foi de 6,1%. Esses índices sinalizaram um bom desempenho da indústria brasileira no primeiro semestre de 2005, sobretudo porque a comparação foi feita com um ano que apresentou uma base forte, o de 2004 (IBGE, 2005). O Gráfico 2 a seguir denota bem tal dinâmica.

Gráfico 2
Produção industrial geral, Brasil: 1º tri/2004 - 2º tri/2005*



Fonte: PIM/IBGE

* Índice Trimestral

Série com Ajuste Sazonal

Quanto à produção industrial por categoria de uso em agosto de 2005, o Gráfico 3 nos ajuda a comprovar que a queda da produção, em julho/2005, foi um evento errático. A produção de bens de capital apresentou uma variação de -7,6% em julho de 2005; já em agosto/2005, verificou-se um crescimento de 3,1%. Esse setor apresentou singular importância para o resultado da indústria em geral, pois foi o que impactou de forma mais significativa a desaceleração da indústria em julho/2005, principalmente em decorrência de realização de estoques. O setor de bens intermediários variou positivamente (0,1%) em agosto/2005. A produção de bens duráveis foi o único segmento que apresentou uma queda entre julho e agosto de 2005 (-1,7%), após recuo de 6,4% em julho/2005, enquanto o segmento de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, com crescimento de 1,6% – depois de uma queda de 0,9% em julho/2005 –, exibiu desempenho acima da média global da indústria (IBGE, 2005).

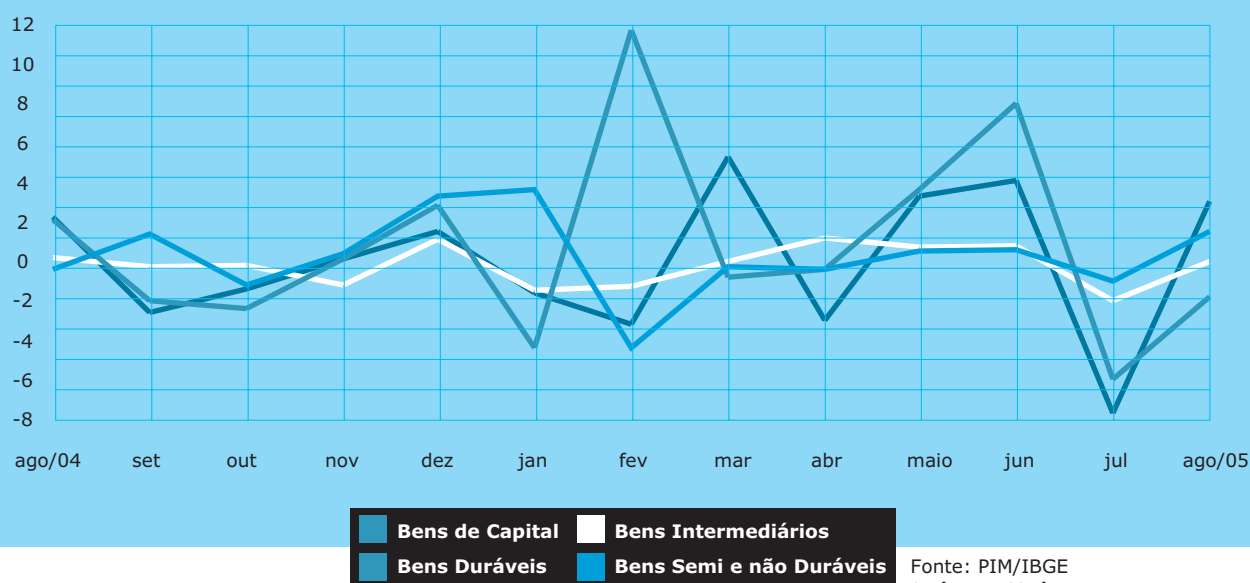
É importante atentar que as quedas no setor de bens duráveis e a reativação no setor de bens semiduráveis e não-duráveis podem representar uma nova configuração do desenvolvimento industrial brasileiro. Em todo o ano de 2004, a produção industrial foi baseada no seguimento de bens duráveis por conta do crédito facilitado e pela grande força exportadora. Um cenário que aponte para uma recuperação de renda dos trabalhadores e de redução do desem-

É importante atentar que as quedas no setor de bens duráveis e a reativação no setor de bens semiduráveis e não-duráveis podem representar uma nova configuração do desenvolvimento industrial brasileiro

prego, concomitantemente à redução da participação do crédito e das exportações no crescimento industrial, cria um fôlego extra para o consumo de produtos mais baratos, como é o caso da indústria de bebida, de têxtil, de cosméticos e de alimentos (PRODUTIVIDADE..., 2005).

Os dados de produção regional da indústria demonstram que, mesmo com um arrefecimento nas exportações e no crédito, estes indicadores continuam a ser os responsáveis pelas maiores taxas de crescimento por região. A produção industrial cresceu no mês de agosto em 11 das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE. Os destaques foram os Estados do Amazonas e da Bahia, com uma taxa de crescimento

Gráfico 3
Produção por categoria de uso, Brasil: Ago/2004 - Ago/2005*



de 10,4%. Também registraram crescimento acima da média nacional (3,8%) os estados de Goiás (5%), São Paulo (4,8%), Minas Gerais (4,7%) e Pernambuco (4,4%). De acordo com André Macedo, economista da Coordenação da Indústria do IBGE, o bom resultado do Amazonas se deve ao desempenho da indústria de material elétrico e de comunicação (22,7%); na Bahia, a atividade que alavancou o crescimento nesse período foi o refino de petróleo e a produção de álcool, que cresceram 37,6%. A indústria paulista obteve o 22º resultado positivo, principalmente pelo bom desempenho na produção no setor de bens semiduráveis e não-duráveis. Os demais estados obtiveram resultados abaixo da média nacional: Rio de Janeiro (3,6%), Espírito Santo (1,4%), Rio Grande do Sul (1,1%), Pará (0,5%), Ceará (-2,2%), Paraná (-3,4%) e Santa Catarina (-4,7%).

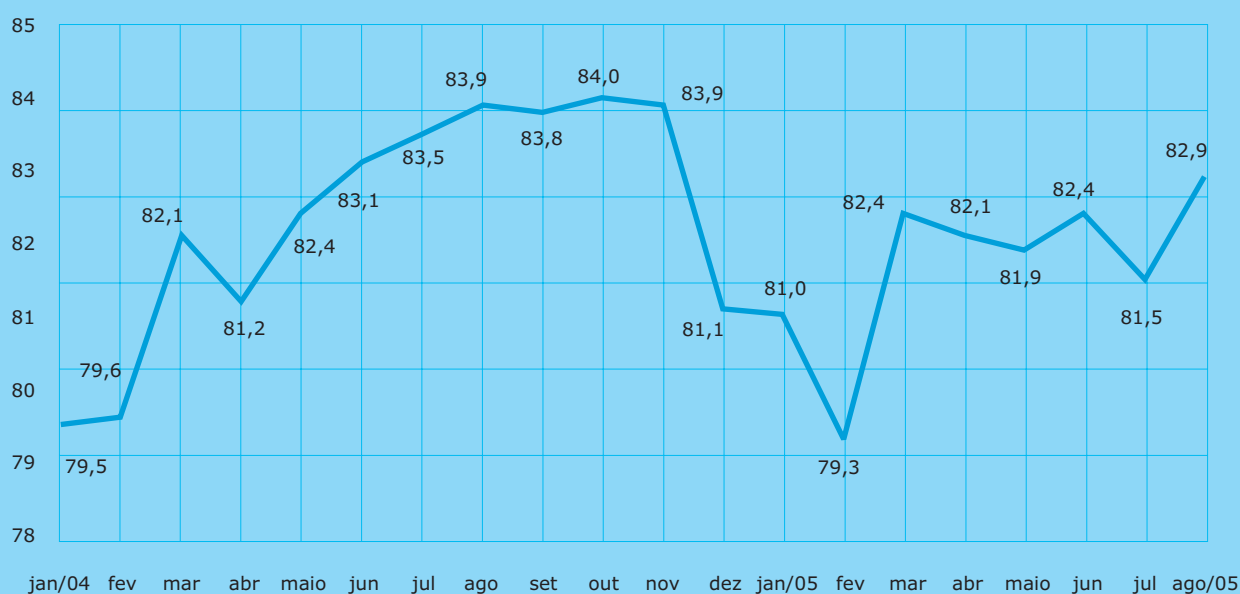
Os dados referentes ao nível de utilização de capacidade instalada nos meses de julho e de agosto de 2005 foram de 81,5% e 82,9%, respectivamente. Na passagem de junho a julho o índice apresentou uma queda acentuada, já que em junho este estava em 82,1%, de acordo com o que ilustra o Gráfico 4. Esta queda sinalizou – segundo Paulo Mol da CNI – a possibilidade de se aumentar a produção, pois um uso menor da capacidade instalada traz menor pressão

inflacionária, além de possibilitar a descida da taxa de juros, levando-se em consideração a teoria de que o Brasil sofre de uma pressão inflacionária de demanda (INDÚSTRIA..., 2005a).

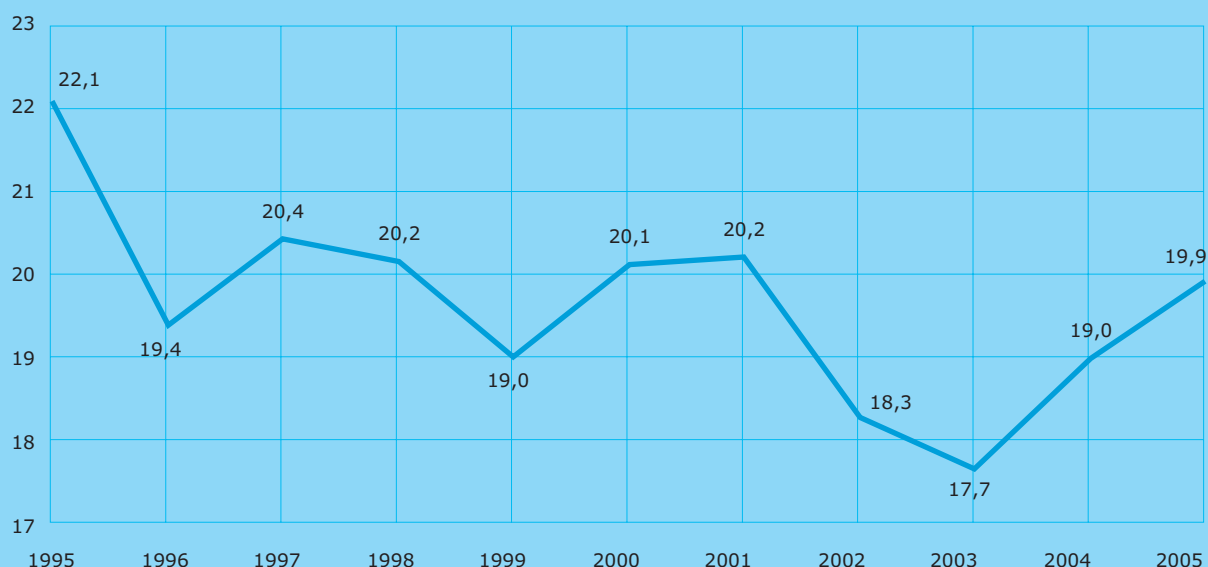
Quanto ao investimento, a taxa foi de 19,9% do PIB no primeiro semestre de 2005, quase um ponto percentual acima da taxa do primeiro semestre de 2004 (19%). O diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, Paulo Levy, considera uma taxa de investimento próxima de 20% positiva, já que mostra maior disposição dos empresários para investir. Ele lembra, porém, que boa parte desse aumento tem relação com a alta dos preços dos bens de investimento, não se caracterizando, necessariamente, como um acúmulo de capital fixo (TAXA, 2005). Para o ano, o Ipea prevê uma taxa de investimento de 20,6%, a maior desde 2004.

Alguns elementos sinalizam para resultados melhores, tais como: i) os resultados do PIB trimestral, uma vez que no segundo trimestre o PIB brasileiro apresentou uma variação de 1,4%, sendo que nos períodos anteriores este vinha em uma tendência de queda acentuada; ii) o aumento de 3,2% na produtividade do setor industrial brasileiro, no primeiro semestre de 2005, com expansões da produção, de 5%, e das horas pagas, de 1,8%. Esse aumento da

Gráfico 4
Nível de utilização da capacidade instalada indústria geral, Brasil:
Jan/2004 - Ago/2005



Fonte: CNI

Gráfico 5**Taxa de investimento no 1º semestre como (%) do PIB, Brasil: 1995 - 2005**

Fonte: Ipeadata

produtividade foi inferior ao observado em igual período em 2004 (7,6%). Entretanto, ele foi mais significativo, pois, embora em ritmo menor, a indústria deu continuidade à evolução da produtividade iniciada em 2004 (INDÚSTRIA..., 2005c).

A desaceleração da produção industrial observada em julho/05 não implica, necessariamente, que a economia brasileira esteja adentrando numa fase de queda acentuada do ritmo econômico. Algumas expectativas são boas tais como a possibilidade de queda gradual da SELIC. Em síntese, as taxas de expansão da indústria tem-se mostrado, de certa forma, dúbias, no sentido de apontar uma direção exata a ser seguida neste terceiro trimestre.

Referências

AMILTRANO, Roberto Cláudio. *Boletim Semestral do Centro de Conjuntura e Política Econômica* (Suplemento 3). n. 5, nov. 2004/abr. 2005. 15 de set. 2005. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 28 set. 2005.

DEBATENDO para crescer. *Carta IEDI*, 23 set. 2005. n. 174. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2005.

A DUCHA de água fria da produção industrial. *Carta IEDI*, 9 set. 2005. n. 172. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 15 set. 2005.

FREIO na indústria eleva aposta em juro menor: analistas esperam início de queda da Selic para a semana que vem; Dólar recua 0,17%. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 set. 2005. Folha Dinheiro. Caderno B, p. 7.

GLOBAL Context and Regional Outlook for Latin America and the Caribbean – Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/speeches/2005/101305.htm>. Acesso em: 14 out. 2005.

GONZAGA, Paulo; SALLES, Silvio. *Panorama macroeconômico*. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/index.pbp>. Acesso em: 28 set. 2005.

IBGE. Estatísticas. Indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 out. 2005.

INDÚSTRIA reage em agosto, mas 3º trimestre será pior: produção subiu 1,1% no mês, mas IBGE vê desaceleração no trimestre. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 2005. Folha Dinheiro. Caderno B, p. 4.

INDÚSTRIA tem acomodação, diz CNI: vendas caem 1% em agosto, mas alta do emprego deve ser recorde no ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 out.

2005a. Folha Dinheiro. Caderno B p. 4.

INDÚSTRIA tem folga para ampliar produção, diz CNI: uso menor de capacidade instalada traz menores pressões inflacionárias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 2005b. Folha Dinheiro. Caderno B, p. 4.

INDÚSTRIA: crescimento instável. *Carta IEDI*. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 8 out. 2005c.

INVESTIMENTO deve superar 20% do PIB: percentual vale para o terceiro trimestre e para o ano, mas ainda é inferior ao que o país precisa. *Valor Econômico*. 13 out. 2005. p. A3.

JUROS maiores e exportação menor 'travam' 3º trimestre: desaceleração dos setores leva empresas a ajustar estoques. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 2005. Folha Dinheiro. Caderno B, p. 4.

PESQUISA, Industrial Mensal Produção Física – Brasil. Ago. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 09 out. 2005.

PESQUISA, Industrial Mensal Produção Física – Regional. Ago. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 09 out. 2005.

PRODUÇÃO industrial recua em julho e indica desaceleração: IBGE aponta retração de 2,5%, analistas vêem expansão menor no 3º trimestre. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 set. 2005. Folha Dinheiro. Caderno B, p. 2.

PRODUTIVIDADE da indústria aumenta 10% em dois anos. *Valor Econômico*, 22 de set. 2005. v. 6. p. A1.

TAXA de investimento cresce mais que o PIB: segundo IBGE, índice de 19,9% é o maior para um primeiro semestre desde 2001, mas ainda não é o ideal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 set. 2005. Folha Dinheiro. Caderno B, p. 5. ■



Uma análise das estratégias competitivas dos mercadinhos de Salvador¹

João Paulo Caetano Santos*

No atual mundo globalizado as empresas estão cada vez mais inseridas num processo de concorrência, no qual cada uma tem que apresentar novas modalidades de produção e prestação, bem como novos processos de inserção no mercado-alvo. Nesse sentido, a concorrência desempenha um papel importante no mundo globalizado: dinamizar e tornar mais eficiente os mais diversos processos das empresas envolvidas. Em outras palavras, o que se quer dizer é que, dado o alto grau de concorrência existente atualmente, as empresas são obrigadas a cada vez mais buscarem maior e melhor eficiência produtiva pela redução de custos e pela melhor prestação e execução de um serviço, dentre outros objetivos.

Entretanto, alcançar tais objetivos requer muito mais que a simples busca dos mesmos, requer das empresas a formulação de estratégias para cada um desses objetivos, de forma a maximizar cada uma destas ações e, assim, enfrentarem igualmente as demais empresas no processo de concorrência.

Como ocorre nos mais diversos setores da economia, o setor supermercadista também é caracterizado por um intenso processo de concorrência entre as empresas atuantes no segmento, onde se verifica a disputa por mercado entre grandes, médias e pequenas empresas.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fazer uma breve análise das principais estratégias adotadas pelos pequenos supermercados em face da maior presença das grandes redes supermercadistas - acirrando a competição nesse segmento de mercado².

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com objetivo de coletar as principais estratégias junto aos estabelecimentos. O local escolhido para a realização da pesquisa foi o município de Salvador, em função da diversidade de estabelecimentos existente no mesmo.

Metodologia da pesquisa empírica

A pesquisa de campo teve como objetivo constatar quais as estratégias utilizadas pelos mercadinhos nos últimos anos. Nesse sentido, o primeiro ponto a ser observado foi definir o número de estabelecimentos a serem pesquisados bem como o porte dos mesmos. Com relação a esse último critério, conforme definição da ABRAS/AC NIELSEN, o pequeno supermercado é aquele que possui até o máximo de quatro caixas e um número médio de 700 produtos. Dessa forma, o objeto desta pesquisa se restringiu aos estabelecimentos que possuem entre 2 e 4 caixas. A partir dessa definição, partiu-se para a definição da amostra dos estabelecimentos a serem pesquisados. A grande dificuldade se deu em função de não haver informações estatísticas dos supermercados de Salvador, tanto na Abase – Ba quanto na JUCEB (Junta Comercial do Estado da Bahia), sobretudo com relação aos pequenos estabelecimentos. Sendo assim, o processo de definição da amostra seguiu os parâmetros da amostragem não-probabilística³, através do processo de amostragem por acessibilidade⁴, definindo-se então um total de 10 estabelecimentos a serem pesquisados, sortea-

¹ Este artigo é parte da monografia apresentada pelo autor para conclusão do curso de ciências econômicas da UFBA em janeiro de 2005.

* Economista, mestrando em economia pela UFBA e Técnico da SEI.

² Esse fato se caracterizou, sobretudo entre os anos de 1995 e 1999, quando houve um substancial aumento no processo de fusões e aquisições no setor de supermercados (JOSEANIE, 2002).

³ Este tipo de amostragem não requer fundamentações matemáticas ou estatísticas, ficando a análise exclusivamente a critério do pesquisador (GIL, 1990, p.79).

⁴ Conforme Antônio Carlos Gil, a amostragem por acessibilidade é destituída de qualquer rigor estatístico. Nesta amostragem o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que possam, de alguma forma, representar o universo (GIL, 1990).

dos a partir de uma lista de 50 estabelecimentos selecionados anteriormente através da lista telefônica e da observação de estabelecimentos na área de pesquisa⁵. Nesse sentido, a análise que se segue não tem o objetivo de fazer inferências para todos os pequenos supermercados de Salvador, em função das dificuldades expressas acima.

Dessa forma, o presente trabalho se baseará tão somente em uma análise qualitativa referente aos estabelecimentos constantes da amostra, dispensando os processos relativos à inferência estatística. A pesquisa foi realizada no período de 20 de outubro de 2004 a 27 de novembro de 2004, aplicando os questionários junto aos representantes dos estabelecimentos.

Dados gerais dos pequenos supermercados

Na pesquisa constatou-se que os estabelecimentos estão em atividade a 6,7 anos e possuem, em média, 2,9 caixas por estabelecimento. Além disso, o número médio de produtos que são vendidos nos estabelecimentos é 728, conforme se verifica pelos dados da Tabela abaixo⁶.

Tabela 1
Estatísticas gerais dos mercadinhos de Salvador

Estatísticas	Estabelecimentos
Média de idade	6,7
Média de caixas - Checkouts	2,9
Média de produtos - Mix de vendas	728

Fonte: Santos, 2005.

Com relação ao mix de vendas, há entre os estabelecimentos pesquisados uma variância entre 650 e 850 produtos, sendo que esta variância está associada basicamente ao número de caixas que cada estabelecimento possui. Ou seja, em geral, quanto mais caixas possuir o estabelecimento, maior a tendência de se verificar uma maior quantidade de produtos neste estabelecimento, o que faz com que a quantidade de produtos seja também um determinante do porte do estabelecimento.

Principais estratégias adotadas pelos pequenos supermercados de Salvador

Conforme Porter (1986), em um ambiente dominado

Em um ambiente dominado pela concorrência a empresa está suscetível à ação das “cinco forças”

pela concorrência a empresa está suscetível à ação das “cinco forças”. Estas cinco forças seriam: ameaça de entrada, intensa rivalidade entre os concorrentes existentes, pressão por produtos substitutos, poder de negociação dos compradores e poder de negociação dos fornecedores. No setor de supermercados, e mais precisamente com os pequenos supermercados, uma dessas forças pode ser identificada na forte concorrência que existe no setor.

De acordo com os dados da pesquisa, para o conjunto dos 10 estabelecimentos pesquisados, há em seu entorno um total de 15 concorrentes⁷. A partir do processo de concorrência, tanto direta quanto indireta - essa última oriunda da presença de grandes supermercados que interferem nas atividades dos pequenos estabelecimentos, ainda que não estejam na mesma área de atuação geográfica -, bem como pelas mudanças ocorridas no setor, decorrentes, em parte, do processo de reestruturação produtiva, restou aos pequenos supermercados formularem novas técnicas de atendimento, as quais culminaram na introdução de novos conceitos e instrumentos de atendimento.

Dos estabelecimentos pesquisados, dois responderam que foram afetados pelas inovações introduzidas no setor. Segundo palavras de um dos entrevistados, “tivemos uma redução de aproximadamente 30% no faturamento e em virtude disso mudamos toda a estrutura da loja” (SANTOS, 2005). Em outros sete estabelecimentos a resposta foi que as transformações não implicaram em impactos negativos para os mesmos;

⁵ A fim de evitar a possibilidade de serem sorteados estabelecimentos com mais de 4 caixas, optou-se por fazer uma listagem com 20 estabelecimentos sorteados aleatoriamente.

⁶ A pesquisa teve como objetivo extrair conclusões apenas para os estabelecimentos pesquisados. Em virtude das dificuldades, foram examinados apenas 10 estabelecimentos, os quais possuíam entre 2 e 4 caixas - parâmetro que serviu para delimitar o estabelecimento como pequeno, seguindo, assim, a classificação AC Nielsen.

⁷ Destes concorrentes, 7 são de pequeno porte, dois de porte médio, dois de grande porte e os outros quatro são minimercados.

mas apesar disso, se anteciparam e adaptaram às mudanças do setor. Por fim, um único representante de estabelecimento disse que viu nas transformações “um impulso para modificar a estrutura do estabelecimento”.

Dessa forma, entende-se que as transformações ocorridas no setor de supermercados nos anos 1990 proporcionaram grandes impactos nas atividades dos pequenos supermercados, conforme as informações da pesquisa, de forma que essas mudanças surtiram as mais variadas situações. Em função dessas transformações e da conseqüente perda de espaço para as grandes redes, a melhor forma de tentar reverter o processo foi formular estratégias que dessem uma nova dinamização na forma de atuação dos pequenos supermercados.

Com relação às principais estratégias adotadas pelos mercadinhos, destacaram-se: marketing promocional e de divulgação, utilizado nos 10 estabelecimentos; automação e informatização, presente em 8 dos estabelecimentos; mudança de layout, também presente em 8 estabelecimentos; e serviços-extras, utilizado por sete estabelecimentos. Além dessas, outras estratégias foram utilizadas pelos mercadinhos, conforme se verifica na Tabela 2.

Nesse sentido, é importante questionar: por que todas as estratégias citadas não foram adotadas em todos os estabelecimentos? Apesar de não ser tão aparente, a resposta é simples e pode ser deduzida a partir da leitura dos dados da Tabela 2. Como é possível perceber, em geral as estratégias são adotadas principalmente pelos estabelecimentos que possuem uma maior quantidade de caixas⁸, o que significa que a adoção ou não das estratégias está associada também ao porte do estabelecimento. Dessa forma,

A estratégia das centrais de compras se apresenta como grande destaque na nova configuração estrutural do setor supermercadista

observa-se que a utilização de novos processos e novas tecnologias não ficou restrita apenas aos grandes estabelecimentos supermercadistas, houve também uma extensão do processo aos mercadinhos, quer seja como forma de se adaptação à nova realidade, quer seja como meio de sobreviver ante o crescimento das grandes redes⁹. Sendo assim, entende-se que as estratégias adotadas pelos pequenos supermercados caracterizaram-se como fator principal para se determinar a sobrevivência no processo de concorrência dentro do setor.

Apesar de ser utilizada em apenas 4 dos estabelecimentos pesquisados, a estratégia das centrais de compras se apresenta como grande destaque na nova configuração estrutural do setor supermercadista, na medida em que ela propicia aos participantes maior poder de barganha, obtendo preços e prazos semelhantes aos obtidos pelas grandes redes.

⁸ Dos 10 estabelecimentos pesquisados, 4 possuem 2 caixas, 3 possuem 3 caixas e outros 3 possuem 4 caixas.

⁹ No período 1994-1998, o faturamento das 5 maiores empresas do setor cresceu de 37% para 48%, Mendonça (2002, p. 148).

Tabela 2
Estratégias utilizadas pelos mercadinhos de Salvador

Estratégias	2 caixas	3 caixas	4 caixas	Total
Gerenciamento por categoria	0	2	2	4
Marketing	4	3	3	10
Associação de compras	1	1	2	4
Automação	2	3	3	8
Mudança de layout	2	3	3	8
Cartão próprio	0	1	2	3
Serviços - extras	1	3	3	7

Fonte: Santos, 2005.

Os serviços-extras também consistiram em estratégias essenciais para os mercadinhos. Neste caso, sete estabelecimentos disseram utilizar esse instrumento como forma de garantir melhor atuação no mercado. De acordo com as respostas, todos os sete estabelecimentos têm como serviço extra a entrega das compras nas casas dos clientes, sendo que em todos há um limite mínimo no valor das compras para que o cliente possa ser beneficiado com o serviço. Além disso, dois estabelecimentos, dentre os sete, consideraram que o estacionamento para clientes em compra também consiste em um serviço extra. Neste caso, a prestação do serviço extra realizado pelos pequenos supermercados tornou-se um grande diferencial em relação aos grandes supermercados, o que tem sido um dos fatores de atração de clientes – com veículo - ao estabelecimento que presta tal serviço, conforme expressou um dos entrevistados: “além do serviço de entrega em casa, o meu estabelecimento tem como serviço extra o estacionamento para os clientes em compra” (SANTOS, 2005).

Com relação aos instrumentos de marketing, observados em todos os estabelecimentos, constatou-se que o principal mecanismo se refere à realização de promoções, variando apenas o período e a frequência em que as mesmas são realizadas. Além disso, a propaganda de divulgação é realizada basicamente com a utilização de panfletos. Entretanto, em quatro estabelecimentos, a principal forma de propaganda é, segundo os proprietários, o marketing boca-a-boca - a propaganda em que o cliente passa informações positivas ou não a respeito do estabelecimento onde realiza as compras. Esta propaganda é positiva na medida em que o estabelecimento passa uma per-

cepção aos consumidores de qualidade superior aos concorrentes. O Gráfico 1 apresenta os dados citados acima.

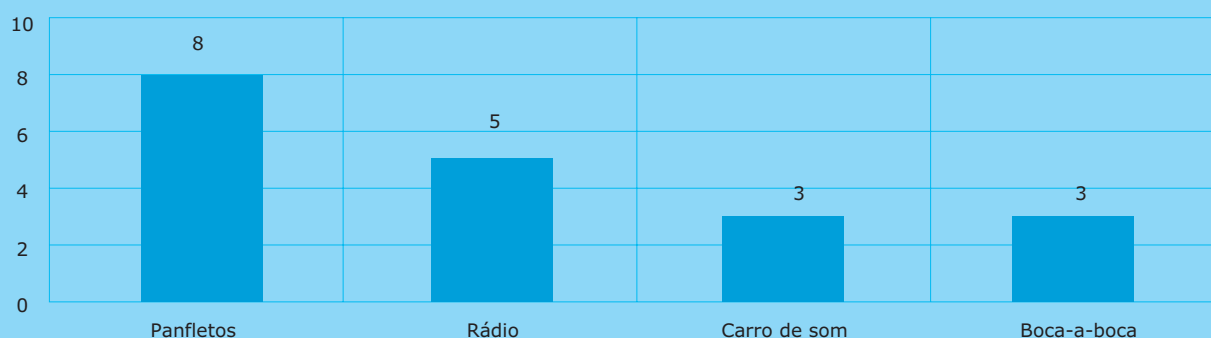
Nesse aspecto, cabe destacar algumas características que são próprias dos mercadinhos, as quais os diferenciam, em certos aspectos, dos grandes supermercados, e devido a isso, eles têm nestas características um importante fator de atratividade junto aos consumidores. Na pesquisa, 5 estabelecimentos consideraram todas as características citadas como fatores determinantes para o sucesso do estabelecimento junto aos clientes. Ressalta-se que o quesito “proximidade do consumidor” esteve presente em todos os estabelecimentos, bem como o “atendimento diferenciado”, sendo que, neste último caso, todos os representantes dizem cumprimentar¹⁰ pessoalmente os clientes.

Além disso, outros dois premiam clientes fiéis ao estabelecimento. A Tabela 3 expõe detalhadamente a composição dessas características de acordo com a percepção dos estabelecimentos.

Dando continuidade à pesquisa, procurou-se saber ainda como os estabelecimentos determinavam o preço de venda das mercadorias. Conforme se observa no Gráfico 2, quatro responderam que consideram apenas o custo e a margem de lucro; três consideram, além desses itens, o preço de venda do concorrente; um considera também outros custos da loja; e, por

¹⁰ Entende-se pelo ato de cumprimentar, a relação direta de cordialidade que o dono do estabelecimento tem com os clientes.

Gráfico 1
Recursos de divulgação utilizados nos estabelecimentos de Salvador



Fonte: Santos, 2005

Tabela 3
Principais características presentes nos mercadinhos

Características	2 caixas	3 caixas	4 caixas	Total
Proximidade do consumidor	4	3	3	10
Atendimento diferenciado	1	3	3	10
Disponibilidade de produtos essenciais	4	3	3	10
Preço baixo	2	3	3	8
Organização e limpeza	1	1	3	5
Formas de pagamento	2	1	3	6

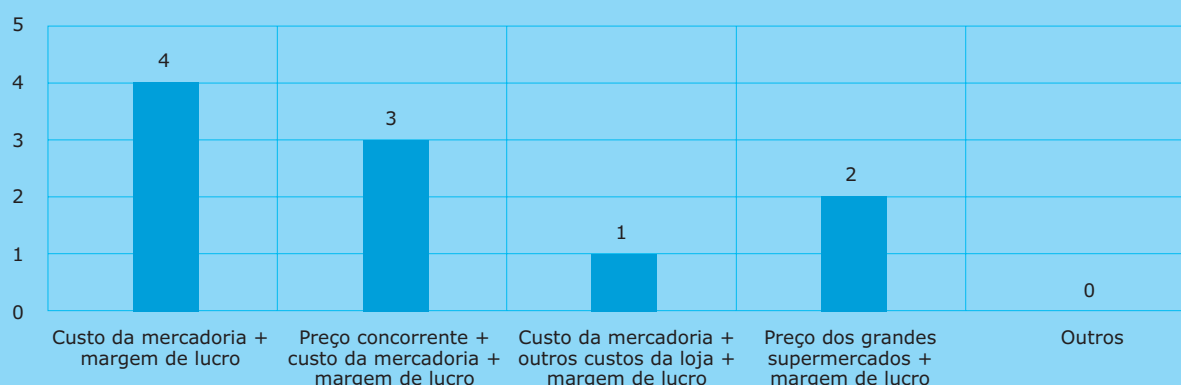
Fonte: Santos, 2005.

fim, outros dois disseram que consideram também o preço dos grandes supermercados, especialmente porque estes dois são estabelecimentos que têm um grande supermercado atuando próximo a eles.

Quanto à forma de pagamento, essa foi considerada fator decisivo em 60% dos estabelecimentos, e mesmo para os que não responderam positivamente a este quesito, quando questionados sobre quais as formas de pagamento oferecidas pelo estabelecimento, a opção “vendas com cartão de crédito” esteve presente em 90% dos estabelecimentos, enquanto que “à vista” em 100%. Já “vendas no cheque” são realizadas por 70% dos estabelecimentos. O destaque ficou por conta dos itens “cartão próprio” e “caderneta”; três estabelecimentos responderam que trabalham também com “cartão próprio”, enquanto que em dois estabelecimentos ainda se utiliza sistema da “caderneta de anotações”; por fim, em um dos estabelecimentos, este item é a única forma de pagamento aceita além do pagamento à vista (Gráfico 3).

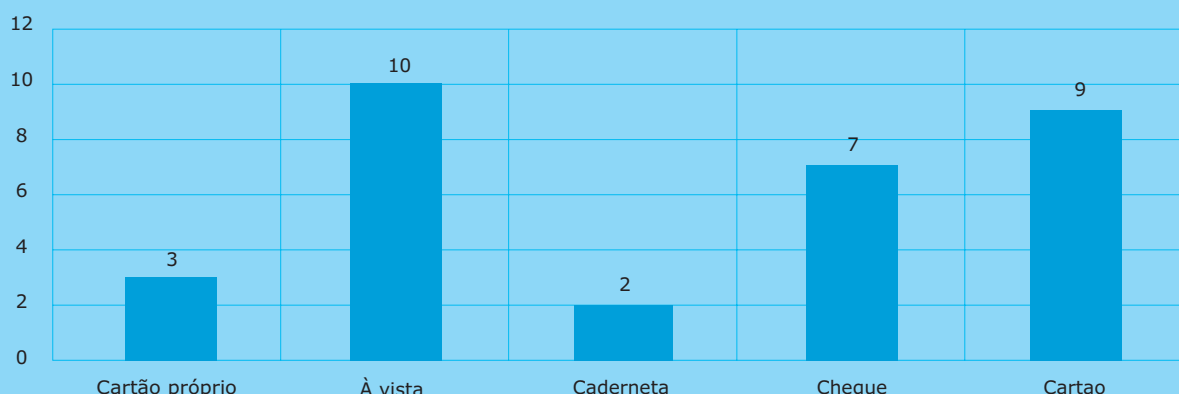
Assim, através da leitura dos dados expostos anteriormente, constata-se que nos últimos anos os pequenos supermercados que se mantiveram em funcionamento, ou mesmo os que iniciaram suas atividades nesse interregno temporal, utilizaram em grande escala as novas estratégias de atendimento aos clientes. Mais que uma resposta ao crescimento das grandes redes, a utilização dessas estratégias tornou-se uma necessidade cotidiana para a sobrevivência dos mercadinhos. Entretanto, somente a utilização dessas novas estratégias não seria capaz de determinar e garantir o sucesso dos pequenos supermercados, mesmo porque os grandes supermercados dispunham desses mesmos instrumentos, obtendo a mesma ou até melhor eficiência. Juntamente com as estratégias utilizadas pelos pequenos supermercados foi constatada uma maior ênfase em características que são próprias dos pequenos estabelecimentos (Tabela 3). E é nessas últimas que está o diferencial dos mercadinhos em relação aos grandes supermercados, uma vez que a utilização daquelas estratégias seria apenas um

Gráfico 2
Determinantes do preço de venda



Fonte: Santos, 2005

Gráfico 3
Formas de pagamento disponibilizadas pelo estabelecimento



Fonte: Santos, 2005

fator que os colocaria no mesmo nível dos grandes supermercados, mas sem nenhum fator extra que demonstrasse atratividade e diferenciação.

Portanto, compreender o processo de sobrevivência e afirmação dos mercadinhos em um setor onde se verifica cada vez maior tendência à concentração e centralização em poder de poucas empresas, significa compreender tanto a utilização das estratégias citadas anteriormente quanto as características que são próprias dos pequenos supermercados.

Referências

AC NIELSEN. Pesquisa, informação e análise de mercado. Disponível em: <<http://www.acnielsen.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS - ABRAS. Ranking ABRAS. Disponível em: <<http://www.abrasnet.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2003

BARRIZZELLI, Nelson. Pequeno varejo ainda tem fôlego apesar das grandes cadeias. Disponível em: http://www.fia.com.br/admpauta/marco/pequeno_varejo.htm>. Acesso em: 03 dez. 2002.

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MENDONÇA, Joseanie. Reestruturação produtiva no comércio: o setor de supermercados na década de 90. Salvador: SEI, 2002. p.141-158. (Série Estudos e Pesquisas, 57).

PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 7ª ed - Rio de Janeiro: Campus, 1986.

SANTOS, João Paulo Caetano. Reestruturação e concentração no Setor de supermercados: Análise das Estratégias dos mercadinhos de Salvador. UFBA – Universidade Federal da Bahia - Biblioteca de economia. Setor de Periódicos, 2005. ■



Performance recente do PIB e desigualdade regional: uma breve análise quantitativa

Jorge Tadeu Caffé*
Nícia Moreira**

Desempenho da economia sob a ótica do PIB – 2004

O cenário econômico mundial em 2004 foi marcado por bons resultados, oferecendo impulsos decisivos para o crescimento da economia brasileira. A economia norte-americana cresceu a taxas historicamente elevadas. Os países participantes do Mercado Comum Europeu cresceram o triplo do ano anterior, e os países emergentes asiáticos continuaram a apresentar elevados índices de crescimento e superávits, atraindo grande volume de investimentos estrangeiros.

O crescimento da economia brasileira, no ano em foco, superou as expectativas de mercado, pois apresentou uma expansão de 5,2 % do PIB (Produto Interno Bruto), o melhor resultado desde 1994, equivalente a R\$ 1,769 trilhão, a preços correntes. Com isso, o país ganhou três posições no ranking mundial – passou da 15ª para 12ª posição –, figurando como uma das maiores economias mundiais. Quanto aos setores de atividade que compõem o PIB, considerando o valor adicionado, tem-se que a agropecuária registrou R\$ 159,7 bilhões, a indústria R\$ 616,0 bilhões e os serviços R\$ 881,6 bilhões.

O PIB per capita atingiu R\$ 9.743,00, com crescimento de 3,7%, permanecendo o Brasil na 37ª posição no ranking de renda per capita, atrás de outros países da América do Sul, como Argentina, Venezuela e Chile.

A expansão do PIB foi impulsionada por uma conjunção de motivos, dentre os quais são destacados: a redução da taxa básica de juros (Selic); a permanência de elevados saldos na balança comercial brasileira decorrentes das *commodities* agrícolas e industriais;

e a ampliação do mercado interno pelo aumento da oferta de crédito ao consumidor. Setorialmente, a indústria cresceu 6,2%, a agropecuária 5,3% e o setor de serviços 2,4%.

No ano em foco, o Brasil obteve recorde no superávit comercial, acumulando um saldo de US\$ 33,7 bilhões, com um incremento de 35,8 % em relação a 2003. Houve também crescimento das importações, refletindo a retomada das atividades econômicas, além do esforço de modernização da economia através da compra de máquinas e equipamentos. O maior crescimento das exportações frente às importações contribuiu para a expansão do volume de comércio com o exterior e, ainda, para reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira.

Os dados do PIB dos estados confirmam a desigualdade regional

Analisando-se o PIB por unidades da federação brasileira (Tabela 1), constata-se a repartição desigual da riqueza criada no País. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais produziram os maiores valores de riqueza, seguidos do Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Os dados do IBGE confirmam a existência de uma grande distância entre o valor do PIB de São Paulo (R\$ 494.814 milhões) e o das outras unidades da federação, em razão do produto paulista ser 2,6 vezes maior que o produto fluminense (R\$ 190.384 milhões), 3,4 vezes maior que o produto mineiro (R\$

* Analista Técnico da SEPLAN/SEI.

** Técnica da SEI e graduanda em Ciências Econômicas / UFBA.

Tabela 1
Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e das dez principais unidades da federação 2000 - 2003

R\$ Milhões¹

Estados/País	2000	2001	2002	2003	Ranking
São Paulo	370.819	400.629	438.148	494.814	1º
Rio de Janeiro	137.877	148.033	170.114	190.384	2º
Minas Gerais	106.169	113.530	125.389	144.545	3º
Rio Grande do Sul	85.138	94.084	104.451	128.040	4º
Paraná	65.969	72.770	81.449	99.000	5º
Bahia	48.197	52.249	62.103	73.166	6º
Santa Catarina	42.428	46.535	51.828	62.214	7º
Pernambuco	29.127	31.725	36.510	42.261	8º
Distrito Federal	29.587	33.051	35.672	37.753	9º
Goiás	21.665	25.048	31.299	36.835	10º
Sub-total	936.976	1.017.654	1.136.963	1.309.012	-
Demais estados	164.279	181.082	209.065	247.170	-
Brasil	1.101.255	1.198.736	1.346.028	1.556.182	-

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais

¹ A preços de mercado corrente

144.545 milhões), 5,0 vezes maior que o produto paranaense (R\$ 99.000 milhões) e 6,8 vezes maior que o produto baiano (R\$ 73.166 milhões). Observa-se, também, que não houve mudança na posição do *ranking* entre os seis maiores PIBs estaduais no período considerado (2000-2003).

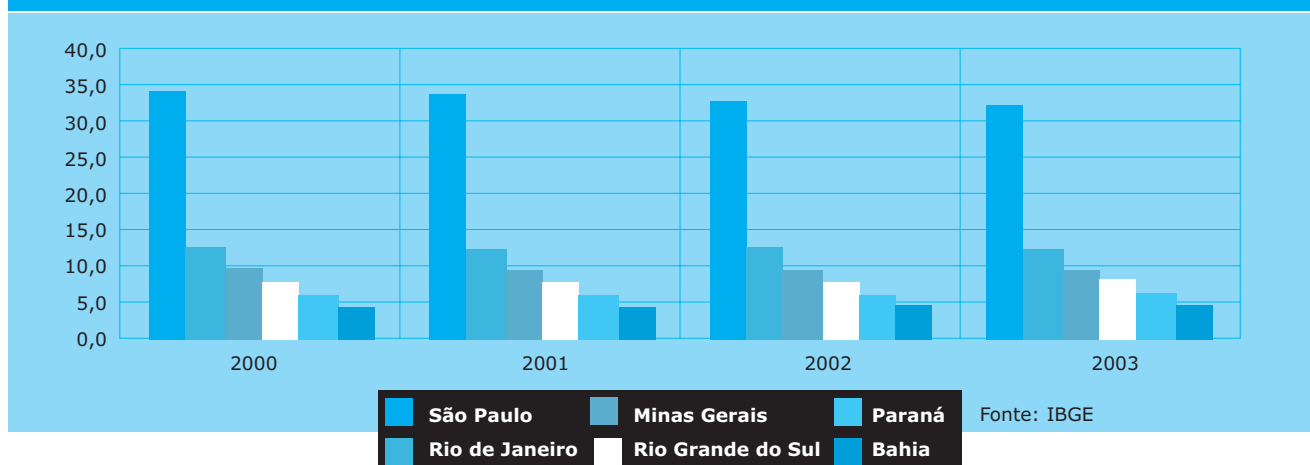
O estado de São Paulo tem na produção industrial a sua força de propulsão, seguindo, geralmente, a mesma tendência da economia nacional. Em 2003, São Paulo passou por um processo de estagnação econômica, quando sua participação relativa no PIB diminuiu de 32,6% para 31,8%, realizando um produto

de cerca de R\$ 494 bilhões, a uma taxa anual de crescimento de apenas 0,02%, enquanto que a economia brasileira cresceu a uma taxa de 0,5%. Entretanto, em 2004, ano de expansão da economia mundial e brasileira, segundo dados preliminares do IBGE, tem-se uma expectativa de crescimento do PIB paulista em torno de 7%, fato este que, se confirmado, manterá as desigualdades regionais observadas historicamente no país ao longo da era moderna. Pode-se visualizar a distância do PIB Paulista em relação ao PIB de outras unidades da federação a partir do Gráfico 1.

O alto grau de concentração de riqueza no país pode

Gráfico 1
PIB dos seis principais estados, Brasil: 2000 - 2003

%



ser constatado através da participação percentual das unidades da federação no PIB nacional (Tabela 2), na qual se observa que, para o ano de 2003, o estado de São Paulo responde isoladamente por 31,8% do total, enquanto que Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul detêm, respectivamente, 12,2%, 9,3% e 8,2% de participação, cuja soma atinge 61,5% do PIB nacional. Acrescenta-se a isto o fato de apenas dez dos vinte e sete estados da federação serem responsáveis por, aproximadamente, 84 % da totalidade do produto nacional.

Apesar da cristalização das desigualdades regionais no Brasil, a tendência recente é que, ano a ano, ainda que timidamente, ocorra um processo de desconcentração do PIB no país. Fatores como a guerra fiscal entre os estados com concessão de incentivos fiscais às indústrias, o desenvolvimento de indústrias leves (principalmente alimentos e calçados) fora dos grandes centros, o avanço da agropecuária e do agronegócio contribuíram efetivamente para a configuração dessa tendência desconcentradora.

No que diz respeito ao PIB per capita – que mostra a relação da população de uma região com o PIB produzido naquela área –, não houve alterações no *ranking* dos dez principais estados do país, entre 2000 e 2003, se apresentado o Distrito Federal como o ente federativo de maior PIB per capita (R\$ 16.920). O estado do Rio de Janeiro se posicionou na segunda colocação

com valor per capita de R\$ 12.671. Já o estado de São Paulo, apesar de deter o maior PIB do país, figurou na terceira posição do produto por habitante, cujo valor foi da ordem de R\$ 12.619 (Tabela 3).

Não obstante prevalecer ainda uma grande disparidade regional, nota-se que alguns estados têm se aproximado da renda per capita média do país, que foi de R\$ 8.694, em 2003, a exemplo dos estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia.

Performance espetacular do PIB baiano

Em 2004, o PIB baiano cresceu acima da média mundial e no mesmo patamar que alguns países asiáticos como a China, de acordo com os dados preliminares do PIB divulgados pela SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Essas estimativas indicam que o PIB baiano cresceu 9,9%, em 2004, equivalendo ao dobro do crescimento da economia brasileira, ostentando um valor de R\$ 89,3 bilhões, que representou 5,1% do PIB brasileiro e, aproximadamente, 36% da região Nordeste. Porém, manteve-se na 6ª posição no *ranking* nacional.

O Gráfico 2 ilustra o crescimento do PIB da Bahia a taxas superiores às do Brasil, a partir de 2003.

O crescimento da economia baiana, em 2004, foi ex-

Tabela 2
Produto Interno Bruto (PIB): Brasil e das dez principais unidades da federação - 2000-2003

%

Estados/País	2000	2001	2002	2003	Ranking
São Paulo	33.7	33.4	32.6	31.8	1º
Rio de Janeiro	12.5	12.4	12.6	12.2	2º
Minas Gerais	9.6	9.5	9.3	9.3	3º
Rio Grande do Sul	7.7	7.9	7.8	8.2	4º
Paraná	6.0	6.1	6.1	6.4	5º
Bahia	4.4	4.4	4.6	4.7	6º
Santa Catarina	3.9	3.9	3.9	4.0	7º
Pernambuco	2.6	2.7	2.7	2.7	8º
Distrito Federal	2.7	2.8	2.7	2.4	9º
Goiás	2.0	2.1	2.3	2.4	10º
Sub-total	85.1	84.9	84.5	84.1	-
Demais estados	14.9	15.1	15.5	15.9	-
Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0	-

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais

Tabela 3
PIB per capita: Brasil e das dez principais unidades da federação -2000-2003

Estados/País	2000	2001	2002	2003	Ranking
Distrito Federal	14,224	15,517	16,361	16,920	1º
Rio de Janeiro	9,513	10,092	11,459	12,671	2º
São Paulo	9,919	10,547	11,353	12,619	3º
Rio Grande do Sul	8,302	9,071	9,958	12,071	4º
Santa Catarina	7,844	8,462	9,272	10,949	5º
Paraná	6,847	7,457	8,241	9,891	7º
Minas Gerais	5,888	6,215	6,775	7,709	10º
Goiás	4,276	4,840	5,921	6,825	12º
Bahia	3,666	3,934	4,629	5,402	16º
Pernambuco	3,655	3,938	4,482	5,132	17º
Brasil	6,430	6,896	7,631	8,694	-

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais

pressivo em todos os setores de atividade, com destaque para a indústria de transformação, que conseguiu um resultado excepcional de 17,5%, o equivalente a quase o dobro da indústria nacional, representando o maior crescimento já verificado desde 1980, quando os investimentos do Pólo Petroquímico de Camaçari chegaram à maturação. Também em 2004, a indústria se apresentou como um novo pólo produtor de bens finais, com destaque para a produção automobilística, que cresceu 49%, posicionando a Bahia como o terceiro maior produtor de automóveis do país. Além disso, outros segmentos se expandiram de forma significativa como os de calçados, pneus, plásticos e produtos agrícolas beneficiados.

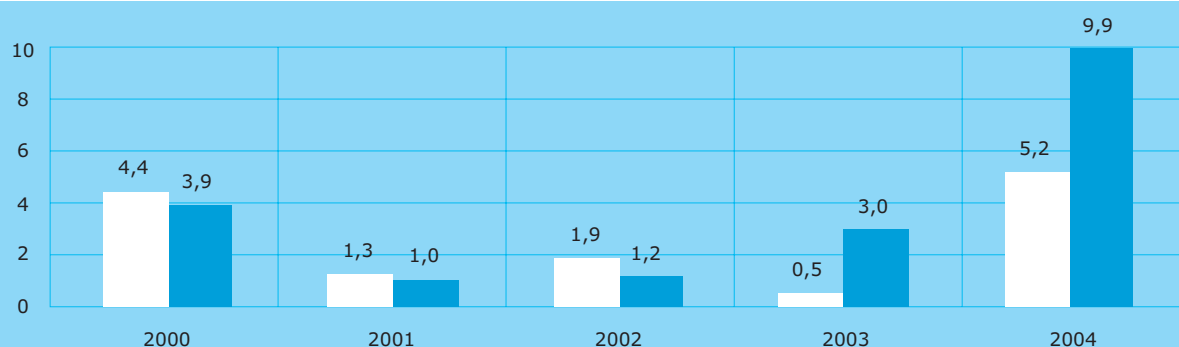
A política de atração de empresas, viabilizada através da concessão de incentivos fiscais oferecidos pelo

governo estadual ao capital produtivo privado, resultou na atração de grande volume de investimentos. A partir de determinado momento, essas políticas engendraram um afluxo de empresas que manifestaram sua decisão de se implantar no estado, visando usufruir das economias de aglomeração e de certas vantagens comparativas, e assim garantir um patamar de boa rentabilidade. Como resultado dessa política, o setor secundário ampliou-se e vem ganhando destaque como o setor mais importante da economia baiana em termos de riqueza gerada.

O setor primário baiano também teve um bom desempenho, sobressaindo-se com a safra de grãos, que atingiu 5,3 milhões de toneladas, um recorde histórico, representando um crescimento de 53% em relação a 2003.

Gráfico 2
Taxa de crescimento PIB Brasil x PIB Bahia : 2000 - 2004

%



Fonte: IBGE

Tabela 4
Estrutura do PIB por grandes setores – Bahia, 1999-2004

Ano	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
1999	9,4	39,6	51,0
2000	10,7	41,1	48,2
2001	10,5	41,6	47,9
2002	12,8	42,2	45,0
2003 ¹	11,8	47,6	40,6
2004 ¹	11,4	49,8	38,8

Fonte: SEI – 2005

¹ Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UFs.

No que se refere ao setor terciário, os destaques foram o comércio, que registrou expansão de 10,5%, e os serviços de alojamento (9,5%) e de transportes (13,6%), como resposta ao incremento no turismo e no aumento do escoamento da produção baiana, respectivamente.

Os dados da Tabela 4 permitem observar mudanças ocorridas na estrutura do PIB baiano por grandes setores. No transcurso de 1999 a 2004, o setor primário ou agropecuário aumentou sua participação no produto de 9,4%, em 1999, para 11,4%, em 2004, fruto dos maiores investimentos no setor, especialmente no Oeste Baiano com a cultura da soja. O setor secundário ou industrial também teve sua participação aumentada expressivamente, passando de 39,6%, em 1999, para 49,8%, em 2004, resultado, como foi visto anteriormente, da ação arrojada da política de atração de novos investimentos industriais para a Bahia. O setor terciário mostrou uma perda relativa de participação no PIB em favor do setor secundário e do primário, passando de 51,0%, em 1999, para 38,8%, em 2004.

Considerações finais

Este artigo realizou uma análise dos dados quantitativos disponíveis sobre o PIB do Brasil e dos dez principais estados da federação, destacando o estado da Bahia com seu crescimento contínuo e acima da média nacional, em 2003 e 2004, fruto da política governamental de incentivo à expansão dos investimentos privados.

As recentes discussões sobre o crescimento do PIB partem de antigo pressuposto econômico, isto é, a importância da manutenção de taxas elevadas e sustentadas do produto. Sem dúvida, é mais que dese-

jável um crescimento sob essas condições altamente positivas para a sociedade como um todo. Todavia, as desigualdades regionais ainda são um dilema de difícil solução num país em que somente três estados do Centro-Sul concentram mais de 53% de toda a riqueza gerada (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), e para os quais estão voltados, geralmente, os benefícios da política de crescimento do país, que, por sua vez, induzem à manutenção de ciclo de novos investimentos e à concomitante criação de mais riquezas nestes estados detentores da liderança econômica.

Referências

CARVALHO JÚNIOR, Cesar Vaz de. Economia baiana: diversificação e desconcentração. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador, SEI, n.131, p.18-22, abr. 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. 2005. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em: 05. dez. 2005.

IBGE. *Contas Regionais do Brasil* - 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05. dez. 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB estadual anual*. Disponível em: http://sei/pib/estadual/pib_est_anual.php. Acesso em: 05 dez. 2005.

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 17,7 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 17,7 bilhões, agregando 446 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação à situação dos investimentos, verifica-se que 61,9% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R\$ 10,9 bilhões em 364 projetos. Outros 38 % estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 6,7 bilhões em 82 projetos.

No que tange à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, verifica-se que os eixos Metropolitano (56,9%) e Extremo Sul (23,1%) respondem por cerca de 80% dos investimentos, concentrados num volume de aproximadamente R\$ 14 bilhões em 257 projetos. Os demais agregam investimentos na ordem de R\$ 3,5 bilhões, ou 20% do total de investimentos alocados em 42% dos projetos.

Analisando os investimentos quanto ao complexo de atividade econômica, infere-se que 66,3% encontram-se nos complexos Madeireiro (28,8%), de Transformação Petroquímica (19,2%) e Químico-Petroquímico (18,3%), totalizando R\$ 11,7 bilhões em 186 projetos. Os demais complexos agregam cerca de R\$ 6,0 bilhões distribuídos em 260 projetos, particularmente no complexo de Atividade mineral e beneficiamento com participação de 12% dos investimentos e 5% dos projetos.

No tocante ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem cerca de 62.284 postos de trabalho, com os eixos Metropolitano (47,1%) e Grande Recôncavo (23,4%) respondendo por aproximadamente 70% dos empregos, ou 43.872 postos de trabalho. Os demais são responsáveis por cerca de 30% dos empregos, destacando-se o eixo Mata Atlântica, respondendo por 9,2 % em 5.752 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontram-se a Azaléia, a Nestlé, a Agrovale e a Ortbitrade.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005 - 2009

Complexo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	1.250.115	69
Atividade mineral e beneficiamento	2.103.739	22
Calçados/Têxtil/Confecções	1.682.058	48
Complexo madeireiro	5.112.758	12
Eletroeletrônico	170.559	59
Metal-mecânico	600.022	50
Químico-petroquímico	3.252.706	91
Reciclagem	2.156	2
Transformação petroquímica	3.402.017	83
Outros	177.793	10
Total	17.753.921	446

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/10/05.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento
2005 - 2009

Eixo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	64.978	7
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	180.608	9
Chapada Sul	16.730	6
Extremo Sul	4.100.096	14
Grande Recôncavo	1.510.534	66
Mata Atlântica	389.357	50
Metropolitano	10.106.824	243
Nordeste	131.951	8
Oeste do São Francisco	300.048	7
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	174.128	25
A Definir	464.371	8
Total	17.753.921	446

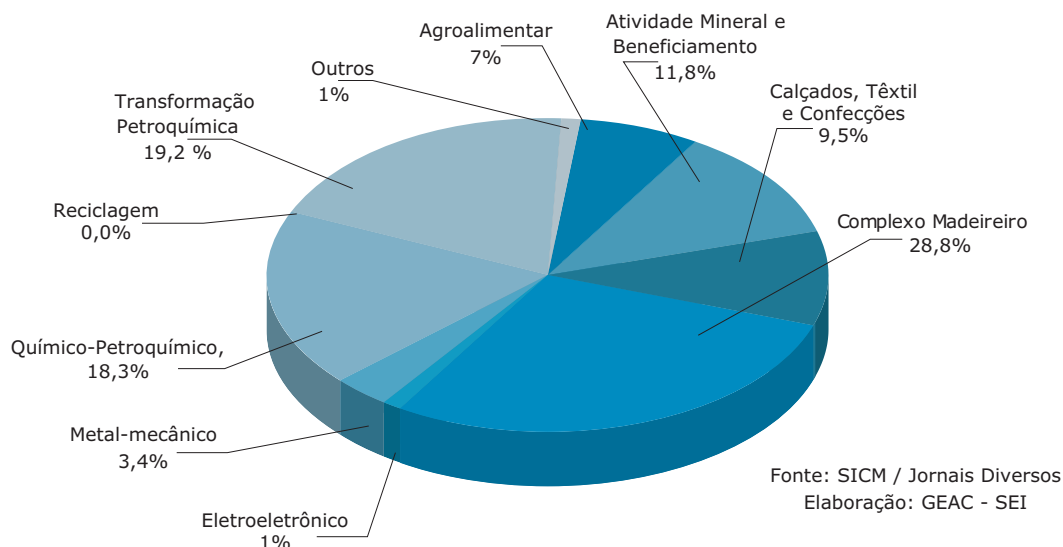
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/10/05.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por complexo de atividade



Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br

Notícias

Negócios

Columbian oficializa nova fábrica na Bahia

Columbian Chemicals anunciou oficialmente o plano de construir na Bahia uma fábrica de negro-de-fumo, insumo utilizado principalmente na produção de pneus. A unidade será instalada em Camaçari, a 45 quilômetros de Salvador, e consumirá investimento de US\$ 67 milhões.

Segundo a empresa, a engenharia do projeto foi definida no início de 2005. A unidade já conta com todas as licenças exigidas pelos reguladores e terá capacidade de produzir 55 mil toneladas de negro-de-fumo. Dependendo da demanda do mercado, entretanto, esse número poderá ser elevado. A produção deverá começar no primeiro trimestre de 2007, mas a empresa pensa em alternativas para antecipar parte do fornecimento já para o segundo semestre do ano que vem.

A Pirelli, potencial consumidora de negro-de-fumo da Columbian, tem fábrica na Bahia, e outras duas fabricantes de pneus, Continental e Bridgestone Firestone, também estão construindo suas unidades no Estado. Entre outros fins, o negro-de-fumo também entra na composição de tintas de impressão e cabos elétricos.

Columbian oficializa nova fábrica na Bahia. Valor Econômico, 13/10/2005.

Pólo de pneumática ganha empresas

Outra empresa que vem se somar à linha de produção de pneus no estado é a Watts Bahia, especializada na produção de pneus industriais para empilhadeiras, guinchos e demais veículos usados em movimentação de cargas em armazéns, portos e aeroportos.

“Com os incentivos do governo, ficaremos competitivos o suficiente para expandir nossos negócios para o Mercosul e Estados Unidos, mercados que hoje atendemos pela unidade que possuíamos na China”, comenta o presidente do grupo, Ernani Pinto.

Os equipamentos para a unidade que será instalada no município de Terra Nova já foram adquiridos, conta Ernani, que aponta a liberação do galpão de 4 mil m² como único empecilho atual para iniciar a produção, calculada em 40 mil unidades por ano. A primeira fase do empreendimento está orçada em R\$ 6 milhões e irá gerar 80 postos de trabalho, podendo chegar a 120.

Uma das principais matérias-primas da composição do pneu, o negro de fumo será adquirido da Columbian Chemicals Brasil, que já adquiriu terreno em Simões Filho. O início das obras de construção da fábrica da Watts Bahia está programado para o primeiro trimestre do próximo ano. Enquanto isso, um armazém já entrará em operação em novembro, para receber produtos de Cubatão, São Paulo, e suprir os clientes na Bahia e outros estados do Nordeste até que a nova fábrica entre em operação no segundo semestre de 2007.

O volume de investimentos relativo à primeira fase é em torno de R\$ 150 milhões. Somente a fase de construção absorverá de 400 a 500 profissionais e, na fase de operação, cerca de 60 a 80 empregos.

Pólo de pneumática ganha empresas. Jornal A tarde, 23/10/2005.

Fábrica de calçados gera novos empregos

A Azaléia já concluiu a construção da fábrica de Ito-roró, bem como a ampliação de 13 das 18 unidades que possui no Estado, e prepara para novembro a inauguração oficial dos projetos. As obras vão gerar 1,2 mil novos empregos, segundo o presidente Antônio Brito.

Para o empresário, além de permitir a instalação da Azaléia na Bahia, hoje com um quadro de 8,6 mil funcionários, o trabalho da administração pública estadual permitiu que a empresa mantivesse seus níveis de crescimento, apesar da crise enfrentada pelo setor calçadista. “Só a unidade em Ito-roró contou com R\$ 1,9 milhão, mais R\$ 900 mil foram investidos na ampliação das outras 13 fábricas”, explicou. Segun-

do Brito, a fabricação inicial de 50 mil pares salta para 80 mil com os novos investimentos.

As fábricas baianas representam uma parte significativa do espólio nacional da empresa. “Em menos de 10 anos, já possuímos 18 fábricas em 15 cidades do estado, apoiando e desenvolvendo iniciativas na área social”, afirmou. Cerca de 25% dos tênis da linha Olimpikus e das sandálias Azaléia e Dijean produzidas no Estado são Exportadas para 78 países.

Fábrica de calçados gera novos empregos. Diário Oficial, 18/10/2005.

Lizmetal inicia produção comercial na Bahia

A Lizmetal, instalada no Centro Industrial Subaé (CIS), em Feira de Santana, depois de superar com êxito a fase de produção preliminar, entra agora em plena capacidade. Única fábrica de guas com linha de produção contínua no país, pertencente ao grupo Lena Brasil, de matriz portuguesa, a unidade demandou investimentos da ordem de um milhão de euros (cerca de R\$ 2,7 milhões), incluindo o desenvolvimento de projetos. Atuando com quadro direto de 22 empregados, a indústria passa a produzir 18 guas por ano.

De acordo com o dirigente Fernando Lopez, com a ampliação da produção, a empresa quer intensificar a participação em mercados do Sul e Sudeste. Atualmente, a indústria já tem representação comercial em praças do porte de Brasília, São Paulo, Curitiba, Goiânia, Belo Horizonte, Florianópolis e Porto Alegre, além da maioria das capitais nordestinas.

O Gestor assegura que uma obra pode alcançar expressiva economia com a utilização dos equipamentos com a marca Lizmetal. Outra vantagem é que os equipamentos podem ser operados a distância, através de controle remoto. Têm-se opções de guas com até 36 metros de lança e 150 metros de torre, com capacidade de aumento e diminuição de tamanho em caso de necessidade. O grupo Lena Brasil é constituído pelas empresas Lizconstruções, Lenobetão, Lizmáquinas, Lizmármore, Agroliz e Lizmetal.

Lizmetal inicia produção comercial na Bahia. Correio da Bahia, 21/10/2005.

Suzano vai ampliar fábrica na Bahia

A desvalorização do real não deu trégua à Suzano Papel e Celulose no terceiro trimestre deste ano, período no

qual obteve um lucro de R\$ 153,1 milhões, mais de R\$ 109 milhões inferior aos R\$ 258,4 milhões do trimestre imediatamente anterior. Mesmo assim, a companhia mantém os planos de longo prazo, que incluem aumento das exportações por meio da expansão da fábrica de Mucuri, na Bahia.

O Conselho Administrativo da Suzano aprovou o investimento de US\$ 1,3 bilhão na ampliação em 1 milhão de toneladas, até 2008, da unidade que hoje tem capacidade instalada para 650 mil toneladas/ano. O diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Suzano, Bernardo Szpigel, afirmou, com relação ao desempenho financeiro do último trimestre, que o resultado não compromete de todo a situação da companhia neste ano. No acumulado de 2005, justificou, a empresa ainda apresenta um lucro de R\$ 503 milhões, R\$ 37 milhões superior aos R\$ 466 milhões do mesmo período do ano passado. Isso, segundo o executivo, contribui para a manutenção das expectativas de um lucro maior ao fim deste ano.

No terceiro trimestre deste ano, afirmou Szpigel, os altos preços da celulose no mercado internacional, aliados ao aumento das vendas do produto, contribuíram para compensar, pelo menos parcialmente, o menor lucro. Ao todo, foram vendidas 357,4 mil toneladas, ante os 315,6 mil do trimestre imediatamente anterior.

Suzano vai ampliar fábrica na Bahia. Tribuna da Bahia, 25/10/2005.

Indicadores

Coelba prevê crescimento de 35% no mercado de energia

O mercado residencial de energia elétrica no país deve crescer cerca de 40% até 2016, saltando dos atuais 56,7 milhões de domicílios (2005) para 78,4 milhões de moradias (2016). A previsão, que integra estudo do departamento de estudos Energéticos da Eletrobrás, abrange domicílios ocupados e de uso ocasional.

“As projeções contribuem para as nossas análises de demanda e oferta de energia”, explicou o engenheiro Nelson Leon, um dos autores do estudo. A partir desses dados, o país poderá se preparar, desde já, para o atendimento da demanda futura de energia elétrica. “De 2005 a 2016 serão mais de 20 milhões de domicílios novos que irão surgir no cenário. O Brasil precisa estar preparado para isso”, ressaltou o enge-

nheiro. No que depender da Coelba, a Bahia vai estar preparada para acompanhar essa expansão. É o que assegura o superintendente comercial e de mercado da companhia, Antônio Carlos Pinhel.

Segundo ele, a Coelba estima um crescimento de 35% na base atual, de 3,15 milhões de ligações residenciais (dados de dezembro de 2004) até 2010. Quer dizer, mais 1,1 milhão de domicílios vão pressionar o mercado baiano de energia elétrica nos próximos 5 anos. Os investimentos da empresa para dar conta da demanda têm evoluído bem mais rápido. “Em 2004, nosso orçamento para expansão da rede e infraestrutura foi de R\$ 265 milhões. Este ano, quase dobramos esse valor: são R\$ 500 milhões”, disse Pinhel. O orçamento para 2006, informou o dirigente, ainda está sendo fechado, “mas, certamente, será suficiente para garantir o fornecimento a cerca de 270 mil novas ligações previstas no Estado”.

Entre os projetos que estão sendo tocados pela Coelba, o superintendente destacou o Programa Luz para Todos, que envolve a parceria dos governos federal e estadual. Segundo Antônio Pinhel, a meta de levar energia elétrica para todo o Estado antes prevista para 2013, está sendo antecipada para 2008. “Só no próximo ano, planejamos instalar 63 mil novas ligações em áreas remotas da Bahia, dentro desse programa.

Coelba prevê crescimento de 35% no mercado de energia. Correio da Bahia, 21/10/2005.

Bahia é o 3º exportador de frutas do país

Considerada uma boa alternativa de negócios, a Fruticultura, hoje em dia, coloca o estado na terceira posição de exportador de frutas frescas do país. De janeiro a setembro desse ano, 55,7 mil toneladas foram exportadas, gerando uma receita de US\$ 47,7 milhões. Um crescimento 43,9% superior ao mesmo período do ano anterior. De acordo com o diretor de Política e Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado, José Mário Carvalhal, a uva, a manga, o citrus, o mamão e o abacaxi dominam a comercialização entre os principais mercados - Holanda, Estados Unidos, Portugal, Espanha e Reino Unido. A nova meta, conforme ele, é consolidar as exportações no Japão, com estimativas de 6 mil toneladas anuais. “Tivemos uma vitória esse ano, que foi pôr fim a um embargo japonês ao nosso país que já durava trinta anos. Agora, sem dúvidas, ampliaremos o mercado”, disse.

As exportações se estendem ainda a sucos e preparados, que esse ano registraram um total de 3.432 mil toneladas, e uma soma de US\$ 2,458 milhões em embarques. A cadeia de frutas baianas representa 10% no mercado nacional, cerca de 30 milhões de toneladas e PIB agrícola de US\$ 11 bilhões. Com perspectivas de expansão, o segmento está presente em todas as regiões do estado, com pólos consolidados para a exportação no Submédio São Francisco (Juazeiro), extremo sul (Teixeira de Freitas), Livramento de Nossa Senhora e Itaberaba, além de pólos em desenvolvimento em Barreiras, Bom Jesus da Lapa e no Nordeste da Bahia.

O Submédio São Francisco é o principal pólo de fruticultura tropical do País. Os plantios de frutas se desenvolvem em uma série de projetos de irrigação e envolvem desde os pequenos produtores até empreendimentos de grande porte, totalizando dezenas de milhares de hectares nos Estados da Bahia e de Pernambuco. Segundo o assessor da Secretaria de agricultura do Estado em Juazeiro, John Khoury, a área é de excelência na produção de uva e manga, produtos que dominam as exportações brasileiras. Outras espécies frutíferas, a exemplo do coco, da banana, da goiaba, da melancia, do melão, da acerola, do maracujá, do mamão, da pinha (fruta-do-conde), da atemóia e do sapoti, também são cultivadas.

Bahia é o 3º exportador de frutas do país. Tribuna da Bahia, 27/10/2005.

Ação governamental

Ceplac e Sebrae vão investir R\$ 778 mil

Sete casas de farinha de associações de produtores dos municípios de Medeiros Neto, Lajedão, Vereda, Itanhém e Jucuruçu, na região do Vale do Mucuri, no extremo sul da Bahia, serão recuperadas. Convênio, no valor de R\$ 778 mil, será assinado entre representantes do Ministério da Integração Nacional, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e o Sebrae. O projeto também prevê a instalação de uma central de beneficiamento e comercialização de mandioca, em Medeiros Neto.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Agricultura, a Bahia é um dos maiores produtores de mandioca do país, com uma área colhida de 345 mil hectares e produção de 4,3 milhões de toneladas. No entanto, pos-

sui baixos índices de produtividade, com cerca de 12 toneladas por hectare. Na região do Vale do Mucuri, o rendimento médio também está abaixo dos índices nacionais, com área plantada de 400ha, garantindo aos pequenos produtores, em geral, uma renda em torno de R\$ 300.

Além de recuperar as casas de farinha, o projeto buscará capacitar os agricultores para que adquiram novas práticas de produção e comercialização. A idéia é melhorar a qualidade da farinha de mesa, além de gerar subprodutos com valor agregado, como o amido, o que possibilitará a ampliação do mercado e o aumento da renda das famílias envolvidas. Os produtores serão capacitados através de técnicas de manuseio, produção e embalagem de farinha e derivados, processo de associativismo, práticas do empreendedorismo, dias de campo, eventos, feiras e modernização da comercialização.

Ceplac e Sebrae vão investir R\$ 778 mil. Correio da Bahia, 31/10/2005.

Estado atrai dois grandes projetos

O governo do estado quer ampliar os incentivos para estimular a implantação de empreendimentos da indústria da construção naval na Bahia. Pelo menos mais dois grandes projetos poderão ser implantados na Baía de Aratu, com investimentos previstos de mais de US\$230 milhões. Na Base Naval, em Salvador, poderá ser instalado um dos maiores estaleiros do país, através de uma parceria entre a Marinha e investidores privados. Já a Petrobrás estuda a construção de um dique seco.

Técnicos da Secretaria do planejamento (Seplan), da Secretaria da Fazenda (Sefaz) e da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) estão avaliando os incentivos, hoje existentes, e buscam ampliá-los, para garantir maior competitividade ao setor naval. No programa Desenvolve, o estado já garante deferimento de ICMS de concreto e aço, deferimento para aquisição interna de insumos, para importação e aquisição interna de bens destinados ao ativo fixo e desoneração da diferença de alíquota em relação à aquisição de máquinas e equipamentos em outras unidades da federação.

Além dos incentivos, a Bahia oferece infra-estrutura ideal para implantação de empreendimentos do setor. A região de São Roque do Paraguaçu, no Recôncavo, é tido como um dos melhores locais no país para a

construção naval. Já a Baía de Aratu dispõe de canal de navegação com profundidade satisfatória para qualquer projeto nesse setor.

Na região já existem projetos importantes, como a do consórcio Odebrecht-Ultratec, que está construindo a Plataforma de Rebombeio Autônomo - PRA-1, da Petrobrás, com investimentos de mais de R\$1 bilhão, proporcionando até 1,5 mil empregos em plena produção. Já a GDK Engenharia vai produzir, em Ponta da Laje, na Baía de Aratu, plataformas para produção de petróleo e gás. O empreendimento industrial vai demandar recursos da ordem de R\$400 milhões, gerando mais 1,5 mil empregos.

Estado atrai dois grandes projetos. Correio da Bahia, 11/10/2005.



Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.559, de 05 de outubro de 2005 – Fixa os preços mínimos básicos para sementes e produtos agrícolas das safras de verão e de produtos regionais 2005/2006 e das regiões Norte e Nordeste 2006.

Decreto nº 5.560, de 11 de outubro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.

Decreto nº 5.565, de 24 de outubro de 2005 – Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferência Tarifárias para o Comércio de Arroz entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, 21 de abril de 2005.

Leis

Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 – Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir nova disciplina ao cabi-

mento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 265, de 27 de outubro de 2005 – Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 33.000.000,00, para os fins que especifica.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa nº 571, de 20 de outubro de 2005 – Dispõe sobre o cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação

Portarias

Portaria nº 4.491, de 6 de outubro de 2005 – Dispõe sobre a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta circular nº 3.213, de 24 de outubro de 2005 – Divulga critérios para credenciamento e descredenciamento de instituições “dealers” que operarão com o Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin) – Circular nº 3.083, de 30 de janeiro de 2002.

Carta circular nº 3.295, de 11 de outubro de 2005 – Altera o capítulo 7 do título 2 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) que dispõe sobre operações de proteção (hedge).

Carta circular nº 3.296, de 19 de outubro de 2005 – Altera a Carta Circular 3.287, de 2005, que dispõe sobre a constituição e a implementação, no Banco Central do Brasil, do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS.

Carta circular nº 3.297, de 31 de outubro de 2005 – Divulga novo regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom).

Resoluções

Resolução 3.322, de 27 de outubro de 2005 – Dispõe a Custódia de Numerário do Banco Central do Brasil.

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.588, de 11 de outubro de 2005 – Altera o Decreto nº 8.890, de 1 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei nº 8647, de 29 de julho de 2003, que dispõe sobre o Programa de Organizações Sociais e dá outras providências.

Decreto nº 9.599, de 20 de outubro de 2005 – Aprova a Resolução nº 01/2005, do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia, e autoriza a inclusão do projeto para construção, operação e manutenção do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe – SDO do Jaguaribe no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia.

Leis

Lei nº 9.658, de 4 de outubro de 2005 – Altera a Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos no âmbito do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 568, de 3 de outubro de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico do Encargos Gerais do Estado - EGERAIS, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 368, de 27 de outubro de 2005 – Divulga os valores de arrecadação realizada até o mês de setembro de 2005, para fins de avaliação institucional e cálculo da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação – GIFA e da parcela do pró-labore.

**Amplie seus conhecimentos
sobre a Economia Baiana e Regional**

SEP 73

Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia

Adquira informações sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento regionais, especialmente sobre a realidade nordestina e baiana. Além dessas análises, a publicação apresenta exames de iniciativas governamentais para superação das desigualdades regionais.



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Out/2005						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas %		Índice acumulado	
	Out/04	Out/05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	-0,64	1,25	2,54	4,18	343977,3	230,60
Habitação e encargos	0,44	1,14	17,71	19,33	680445,0	544,13
Artigos de residência	0,79	-0,07	0,75	0,46	280437,6	234,38
Vestuário	0,88	0,66	2,86	3,88	311380,2	182,75
Transporte e comunicação	0,75	3,33	8,46	12,96	609581,3	659,70
Saúde e cuidados pessoais	0,47	0,06	4,92	5,30	592883,0	315,87
Despesas pessoais	-0,19	-0,24	4,54	4,86	639847,7	366,89
Geral	0,18	1,09	5,16	6,71	453099,3	315,73

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Out/2005					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	133,40	0,22	1,59	1,45	48,15
Belém	146,45	0,64	-2,17	-1,76	52,86
Belo Horizonte	157,58	1,68	3,49	-6,62	56,88
Brasília	164,77	3,8	-2,35	-2,64	59,47
Curitiba	164,57	4,13	5,55	1,01	59,40
Florianópolis	162,93	3,36	3,50	-1,43	58,81
Fortaleza	129,92	-1,90	4,16	1,97	46,89
Goiânia	140,27	-1,09	-5,79	-4,73	50,63
João Pessoa	131,35	0,98	4,14	-3,48	47,41
Natal	131,71	0,08	-0,07	-0,78	47,54
Porto Alegre	168,34	-3,03	-3,67	-6,38	60,76
Recife	131,44	0,94	6,87	6,16	47,44
Rio de Janeiro	164,47	1,66	-0,55	-1,64	59,36
Salvador	124,39	-2,97	-1,15	-0,88	44,90
São Paulo	174,77	1,41	1,49	-1,34	63,08
Vitória	152,78	3,00	0,26	0,62	55,15

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2004/2005

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	117.989	119.132	1,0	24.576	24.970	1,6
Algodão herbáceo	704.163	824.596	17,1	3.453	3.179	-7,9
Alho	6.867	7.348	7,0	6.571	6.861	4,4
Amendoim	12.331	7.915	-35,8	1.680	1.251	-25,5
Arroz total	63.369	90.426	42,7	2.144	2.426	13,2
Arroz sequeiro	50.719	72.545	43,0	1.913	2.200	15,0
Arroz irrigado	12.650	17.881	41,4	4.161	4.168	0,2
Batata-inglesa	177.000	177.150	0,1	31.607	31.578	-0,1
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.260.978	4,6	57.965	58.785	1,4
Cebola	131.464	121.881	-7,3	21.248	20.436	-3,8
Feijão total	330.734	469.231	41,9	474	687	45,0
Feijão 1ª safra	129.778	131.260	1,1	389	519	33,4
Sequeiro	82.129	70.006	-14,8	379	529	39,6
Irigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.734	27,6	378	471	24,6
Feijão 2ª safra	200.956	337.971	68,2	542	775	43,0
Sequeiro	173.428	302.973	74,7	489	743	51,9
Irigado	23.802	23.947	0,6	2.261	2.241	-0,9
Caupi	3.726	11.051	196,6	631	628	-0,5
Fumo	9.730	11.258	15,7	893	931	4,3
Mamona	114.125	142.959	25,3	773	829	7,2
Mandioca	4.156.403	4.475.229	7,7	12.439	12.878	3,5
Milho total	1.610.560	1.524.370	-5,4	2.154	2.195	1,9
Milho 1ª safra	1.417.674	1.110.244	-21,7	3.131	3.100	-1,0
Sequeiro	1.317.574	1.059.283	-19,6	3.018	3.042	0,8
Irigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª safra	192.886	414.126	114,7	774	1.103	42,5
Sequeiro	191.690	412.794	115,3	770	1.101	43,0
Irigado	1.196	1.332	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.401.200	1,6	2.880	2.760	-4
Sorgo granífero	109.649	100.251	-8,6	1.788	1.816	1,6
Tomate	192.216	181.079	-5,8	38.981	37.091	-4,8
Tomate de mesa	192.216	181.079	-5,8	38.981	37.091	-4,8
Tomate para indústria	nd	nd		nd	nd	-
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	844.739	867.392	2,7	14.056	13.841	-1,5
Cacau	134.780	140.112	4,0	253	257	1,6
Café	129.598	140.661	8,5	876	957	9,2
Castanha-de-cajú	5.479	5.904	7,8	280	290	3,6
Coco-da-baía ⁴	689.712	719.342	4,3	8.948	8.846	-1,1
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.875	-20,2	392	339	-13,5
Laranja ⁵	774.003	796.247	2,9	15.857	15.854	0,0
Mamão ⁵	723.239	678.828	-6,1	50.263	50.482	0,4
Maracujá ⁴	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.173	3,2	2.493	2.506	0,5
Sisal	187.247	201.605	7,7	861	888	3,1
Uva	85.910	86.314	0,5	25.216	25.223	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2005 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004/2005

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.851	4.771	-1,6	4.801	4.771	-0,6	50	0
Algodão herbáceo	203.939	259.353	27,2	203.939	259.353	27,2	0	0
Alho	1.045	1.071	2,5	1.045	1.071	2,5	0	0
Amendoim	7.339	6.328	-13,8	7.339	6.328	-13,8	0	0
Arroz total	29.551	37.270	26,1	29.551	37.270	26,1	0	0
Arroz sequeiro	26.511	32.980	24,4	24.977	32.980	32,0	1.534	0
Arroz irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	5.610	0,2	5.600	5.610	0,2	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	95.620	9,9	86.742	95.620	10,2	225	0
Cebola	6.187	5.964	-3,6	6.187	5.964	-3,6	0	0
Feijão total	834.870	776.751	-7,0	704.331	688.573	-2,2	130.539	88.178
Feijão 1ª safra	429.856	340.619	-20,8	333.482	252.691	-24,2	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	219.842	-26,5	216.482	132.412	-38,8	82.572	87.430
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	118.707	-8,2	115.560	118.209	2,3	13.802	498
Feijão 2ª safra	405.014	436.132	7,7	370.849	435.882	17,5	34.165	250
Sequeiro	387.483	407.843	5,3	354.413	407.593	15,0	33.070	250
Irrigado	10.529	10.687	1,5	10.529	10.687	1,5	0	0
Caupi	7.082	17.602	148,5	5.907	17.602	198,0	1.175	0
Fumo	10.894	12.092	11,0	10.894	12.092	11,0	0	0
Mamona	149.623	172.505	15,3	147.698	172.505	16,8	1.925	0
Mandioca	345.220	360.772	4,5	334.132	347.507	4,0	11.088	13.265
Milho total	759.648	761.342	0,2	702.029	733.655	4,5	57.619	27.687
Milho 1ª safra	470.542	385.755	-18,0	452.808	358.115	-20,9	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	375.910	-17,2	436.518	348.270	-20,2	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª safra	289.106	375.587	29,9	249.221	375.540	50,7	39.885	47
Sequeiro	288.726	375.164	29,9	248.841	375.047	50,7	39.885	117
Irrigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo granífero	61.475	55.215	-10,2	61.313	55.215	-9,9	162	0
Tomate	4.931	4.882	-1,0	4.931	4.882	-1,0	0	0
Tomate de mesa	4.931	4.882	-1,0	4.931	4.882	-1,0	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras permanentes								
Banana	61.148	62.669	2,5	60.100	62.669	4,3	1.048	0
Cacau	544.068	554.944	2,0	533.529	544.944	2,1	10.539	10.000
Café	148.253	146.929	-0,9	147.874	146.929	-0,6	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.386	2,8	19.595	20.386	4,0	237	0
Coco-da-baía	79.303	81.319	2,5	77.080	81.319	5,5	2.223	0
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	5.537	-7,8	5.993	5.537	-7,6	10	0
Laranja	49.023	50.224	2,4	48.810	50.224	2,9	213	0
Mamão	15.560	13.447	-13,6	14.389	13.447	-6,5	1.171	0
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.266	1,3	1.233	1.266	2,7	17	0
Sisal	223.364	227.033	1,6	217.464	227.033	4,4	5.900	0
Uva	3.407	3.422	0,4	3.407	3.422	0,4	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2005 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Ago/2005

Classes e gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	2,1	10,4	4,1	6,7
Extrativa Mineral	-1,4	-5,5	-2,8	-1,8
Indústria de Transformação	1,9	11,4	4,5	7,3
Alimentos e Bebidas	1,9	6,8	9,1	10,4
Celulose, papel e produtos de papel	-0,2	12,9	7,6	0,5
Refino de petróleo e álcool	9,7	37,6	4,9	18,9
Produtos químicos	-1,0	0,5	2,4	1,9
Borracha e plástico	1,1	5,4	6,3	7,8
Minerais não metálicos	-2,1	8,7	7,1	9,2
Metalurgia básica	-10,5	-1,5	-5,2	-5,3
Veículos automotores	nd	55,4	45,6	50,4

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Ago/2004 - Ago/2005 %

Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Agosto 2004	-0,9	7,7	7,7	11,4
Setembro	0,2	4,5	6,1	10,8
Outubro	0,2	-0,4	3,8	9,6
Novembro	2,9	6,1	4,4	9,7
Dezembro	-3,2	0,3	3,5	8,6
Janeiro	6,0	-1,8	2,5	6,6
Fevereiro	-0,8	9,2	3,5	6,9
Março	1,9	11,4	4,5	7,3
Abril	-0,3	7,4	9,3	4,7
Maio	3,1	4,0	8,7	4,1
Junho	-0,2	7,4	8,5	4,8
Julho	2,7	32,4	10,4	8,9
Agosto 2005	-0,8	12,7	10,6	10,6

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Ago/2005				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	10,5	-2,7	-7,4	-5,4
Residencial	-0,6	11,6	6,7	6,3
Industrial ¹	-1,4	10,3	13,4	12,9
Comercial	2,3	10,9	8,1	7,4
Utilidades públicas ²	1,2	6,6	4,9	4,6
Setor público	3,3	12,2	5,7	4,6
Concessionária	6,7	10,4	3,3	0,3
Total	-0,1	9,6	9,7	9,3

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: GEAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Ago/2005				
Classes e gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	1,80	11,45	7,89	8,65
Combustíveis e Lubrificantes	7,81	-5,58	-12,99	-8,28
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-3,17	6,46	9,51	9,38
Hipermercados e Supermercados	-2,77	2,81	6,89	7,90
Tecidos, Vestuário e Calçados	-4,16	26,17	18,53	13,86
Móveis e Eletrodomésticos	8,93	59,80	44,93	45,57
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	18,80	10,11	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	4,17	-2,66	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	-1,06	40,82	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	12,47	9,26	nd
Veículos, Motos e Peças	18,28	19,40	10,79	14,16
Material de construção	nd	-8,13	-5,50	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 – Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Set/2004 - Set/2005						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Setembro 2004	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro 2005	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Set/2005				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego Total	23,6	22,7	27,7	
Desemprego aberto	14,1	13,2	18,0	
Desemprego oculto	9,5	9,5	9,7	
Participação (PEA/PIA)	61,5	61,7	60,8	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3	
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1	
Março	15,4	14,5	62,0	63,1	
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0	
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0	
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9	
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9	
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0	
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8	
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1	
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9	
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5	
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8	
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9	
Março	14,0	13,0	60,4	60,6	
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7	
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2	
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5	
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7	
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5	
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333

Variação mensal

Set-05/Ago-05	0,9	2,2	-3,3	-0,8	0,7	-4,1
----------------------	------------	------------	-------------	-------------	------------	-------------

Variação no ano

Set-05/Dez-04	2,4	4,0	-2,6	1,5	0,3	-4,8
----------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

Variação anual

Set-05/Set-04	2,1	4,2	-4,0	3,8	-0,6	-6,0
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro 2005	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005										
Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2

Fonte: PED RMS SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Ago/2005

R\$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9
Março	702	361	84,3	803	446	84,1
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9
Março	743	392	85,6	843	480	84,7
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0
Maio	716	376	81,2	816	451	80,7
Junho	699	384	79,3	804	454	79,5
Julho	707	399	80,2	819	480	80,9
Agosto 2005	716	400	81,1	830	500	81,9

Variação mensal

Ago-05/Jul-05	1,1	0,1	1,1	1,1	4,0	1,1
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação no ano

Ago-05/Dez-04	6,5	9,0	6,5	6,4	9,5	6,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação anual

Ago-05/Ago-04	0,8	4,0	0,8	2,6	4,0	2,6
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto-2005.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Ago/2005					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124
Fevereiro	253	346	434	752	2.110
Março	269	346	439	762	2.182
Abril	272	340	443	732	2.154
Maio	270	351	443	729	2.210
Junho	252	358	426	718	2.194
Julho	261	363	429	740	2.173
Agosto 2005	280	370	429	754	2.141

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Agosto de 2005

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Ago/2005**

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maiο	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421
Maiο	690	970	537	665	775	427
Junho	662	857	535	655	742	409
Julho	666	874	564	649	746	407
Agosto 2005	673	923	547	652	748	414

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Agosto de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Ago/2005

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	376	723	1.524	262	303	451	812	1.803
Junho	121	263	384	708	1.517	263	300	454	809	1.698
Julho	120	299	399	760	1.502	299	300	480	889	1.787
Agosto 2005	120	300	400	800	1.551	300	320	500	900	1.749

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Agosto de 2005

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Set/2005					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	62.524	10.662	11.205	10.542	23.764
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Out/04 - Set/05	60.599	10.335	9.722	15.006	28.510

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005

Períodos	Saldo líquido		(Admissões - desligamentos)		
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	29.546	3.335	7.254	2.995	17.147
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Out/04 - Set/05	35.489	3.956	6.541	4.968	21.265

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan -Ago/2005							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Jul-Ago 2005 (c)	% (c/b)	Jan a Ago 2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	85.631.401	16,7	335.009.678	65,2	179.196.768
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	23.229.778	15,8	100.780.094	68,4	46.638.790
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	51.527.316	16,2	196.817.927	61,7	121.935.641
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	2.556.700	18,5	9.657.614	70,0	4.141.848
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.195	16,5	13.144	67,9	6.205
Receita Industrial	676.011	676.011	80.049	11,8	317.395	47,0	358.616
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	4.594.152	22,1	16.125.801	77,7	4.626.998
Transferências Correntes	475.127	475.127	17.209	3,6	76.756	16,2	398.371
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	3.623.002	29,4	11.220.947	91,1	1.090.299
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	27.205.363	17,4	81.834.749	52,3	74.526.754
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	17.500.894	17,4	51.883.128	51,5	48.921.704
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	221.321	4,8	620.456	13,3	4.031.140
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	3.686.698	13,3	12.602.248	45,5	15.073.445
Transferências de Capital	69.448	69.448	7.470	10,8	19.581	28,2	49.867
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	5.788.980	25,0	16.709.336	72,1	6.450.598
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	112.836.764	16,8	416.844.427	62,2	253.723.522
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	91.767.326	9,8	348.586.905	37,2	587.248.317
Operações de Crédito Externas	886.280.422	886.280.422	91.767.326	10,4	338.239.888	38,2	548.040.534
Operações de Crédito Internas	49.554.800	49.554.800	-	-	10.347.017	20,9	39.207.783
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	1.606.403.171	204.604.090	12,7	765.431.332	47,6	840.971.839
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (IIII+IV)	1.606.403.171	1.606.403.171	204.604.090	12,7	765.431.332	47,6	840.971.839
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	7.302.922	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2005									
R\$ 1.000									
Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)=a+b	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		%	Saldo a Liquidar
				Jul-Ago 2005 (d)	Jan-Ago 2005 (e)	Jul-Ago 2005 (f)	Jan-Ago 2005 (g)		
								(g/c)	(c-g)
Despesas Correntes	528.066.381	4.617.926	532.684.307	17.083.519	479.160.218	83.517.943	306.583.814	57,6	226.100.493
Pessoal e Encargos Soc.	98.109.568	643.562	98.753.130	5.117.955	78.385.638	14.251.120	58.921.543	59,7	39.831.587
Juros e Encargos da Dív.	110.834.622	(671)	110.833.951	24.036	109.658.592	18.101.684	54.527.666	49,2	56.306.285
Outras Despesas Corr.	319.122.191	3.975.035	323.097.226	11.941.528	291.115.988	51.165.139	193.134.605	59,8	129.962.621
Transf. a Estados, DF e Mun.	109.573.091	3.019.343	112.592.434	6.260.393	106.549.697	16.394.243	68.783.353	61,1	43.809.081
Benefícios Previd.	129.324.950	-	129.324.950	1.466	128.574.426	22.539.812	84.794.627	65,6	44.530.323
Demais Despesas Corr.	80.224.150	955.692	81.179.842	5.679.669	55.991.865	12.231.084	39.556.625	48,7	41.623.217
Despesas de Capital	121.377.204	3.922.542	125.299.746	2.542.444	89.444.066	17.899.470	43.203.665	34,5	82.096.081
Investimentos	21.356.743	715.766	22.072.509	1.460.956	5.504.869	977.577	1.730.490	7,8	20.342.019
Inversões Financeiras	33.764.265	710.619	34.474.884	971.586	18.820.569	2.429.949	11.032.241	32,0	23.442.643
Amortização da Dívida	66.256.196	2.496.157	68.752.353	109.902	65.118.628	14.491.944	30.440.934	44,3	38.311.419
Reserva de Conting.	21.618.689	(531.412)	21.087.277	-	-	-	-	-	21.087.277
Subtotal das Desp. (I)	671.062.274	8.009.056	679.071.330	19.625.963	568.604.284	101.417.413	349.787.479	51,5	329.283.851
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	935.340.897	0	935.340.897	-26.509	929.014.845	103.344.901	333.159.281	35,6	602.181.616
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	926.954.230	0	926.954.230	0	920.643.390	103.357.347	330.413.847	35,6	596.540.383
Refinanciamento de Outras Dívidas	8.386.667	0	8.386.667	-26.509	8.371.455	-12.446	2.745.434	32,7	5.641.233
Subtotal com Refinanc. (III) = (I+II)	1.606.403.171	8.009.056	1.614.412.227	19.599.454	1.497.619.129	204.762.314	682.946.760	42,3	931.465.467
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	82.484.572	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	8.009.056	1.614.412.227	19.599.454	1.497.619.129	204.762.314	765.431.332	-	931.465.467

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Ago/2005							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jul-Ago	%	Até o bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	13.607.150	2.177.805	16,00	8.868.431	65,17	4.738.719
Receita Tributária	7.760.919	7.452.652	1.173.739	15,75	4.908.861	65,87	2.543.791
Impostos	7.556.067	7.247.800	1.122.466	15,49	4.756.885	65,63	2.490.915
Taxas	204.852	204.852	51.273	25,03	151.977	74,19	52.875
Receita de Contribuições	1.133.301	1.133.301	250.153	22,07	939.791	82,93	193.510
Contribuições Sociais	1.133.301	1.133.301	250.153	22,07	939.791	82,93	193.510
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	207.725	31.509	15,17	115.543	55,62	92.182
Receitas Imobiliárias	24.962	25.418	831	3,27	3.439	13,53	21.979
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	30.144	17,32	110.068	63,25	63.957
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	533	16,33	2.032	45,89	1.234
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,03	3	0,06	5.012
Receita Agropecuária	1.213	1.213	9	0,74	13	1,07	1.200
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	1.007	1.007	9	-	13	1,29	994
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Ind. de Transf.	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	91.062	8.619	9,47	27.511	30,21	63.551
Receita de Serviços	72.751	91.062	8.619	9,47	27.511	30,21	63.551
Transferências Correntes	4.937.920	5.003.673	735.376	14,70	3.108.775	62,13	1.894.898
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.838.461	718.295	14,85	3.031.811	62,66	1.806.650
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	255	7,06	2.352	58,11	1.257
Transferências de Convênios	144.000	161.603	16.826	10,41	74.612	46,17	86.991
Outras Receitas Correntes	488.408	937.241	157.347	16,79	550.602	58,75	386.639
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	21.121	17,97	75.535	64,27	41.989
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	833	2,62	14.020	44,03	17.825
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	1.098	16,64	4.507	68,29	2.093
Receitas Correntes Diversas	332.438	781.272	134.294	17,19	456.540	58,44	324.731
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(178.949)	14,67	(782.665)	64,16	(437.145)
Receitas de Capital	1.126.855	1.128.948	61.841	5,48	167.299	14,82	961.649
Operações de Crédito	799.782	799.782	29.544	3,69	123.882	15,49	675.899
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	10.388	2,51	52.111	12,57	362.534
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	19.156	4,97	71.771	18,64	313.366
Alienação de Bens	145.615	147.592	29.742	20,15	32.419	21,97	115.172
Alienação de Bens Móveis	141.970	143.141	28.592	19,97	30.701	21,45	112.440
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	1.150	25,85	1.718	38,60	2.733
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	373	12,44	1.755	46,05	1.245
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.000	3.000	373	12,44	1.755	46,05	1.245
Transferências de Capital	175.008	175.125	2.182	1,25	9.243	5,28	165.882
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Inst. Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	174.893	2.182	1,25	9.243	5,28	165.650
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	14.736.098	2.239.646	15,20	9.035.730	61,32	5.700.367
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	14.736.098	2.239.646	15,20	9.035.730	61,32	5.700.367
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	14.508.919	14.736.098	2.239.646	15,20	9.035.730	61,32	5.700.367
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	165.328	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário - Despesa								R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Ago/2005								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Jul-Ago	No exercício	Bim. Jul-Ago	No exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	152.852	12.004.675	2.038.464	7.501.078	1.998.606	7.270.414	4.734.262
Pessoal e Encargos	5.736.607	3.821	5.740.428	1.024.572	3.813.616	1.013.428	3.749.252	1.991.175
Juros e Encargos da Dívida	778.269	(4.000)	774.269	108.509	369.941	108.509	369.841	404.428
Outras despesas correntes	5.336.947	153.031	5.489.978	905.383	3.317.521	876.669	3.151.321	2.338.658
Despesas de Capital	2.625.596	96.151	2.721.747	310.412	1.133.584	311.562	1.076.536	1.645.211
Investimentos	1.544.975	198.015	1.742.990	149.510	477.467	150.660	420.419	1.322.571
Inversões Financeiras	216.460	(85.274)	131.186	12.085	63.800	12.085	63.800	67.385
Amortização da Dívida	864.161	(16.590)	847.571	148.817	592.317	148.817	592.317	255.254
Reserva de Contingência	31.500	(21.824)	9.676	-	-	-	-	9.676
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	227.179	14.736.098	2.348.876	8.634.662	2.310.167	8.346.950	6.389.148
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	14.508.919	227.179	14.736.098	2.348.876	8.634.662	2.310.167	8.346.950	6.389.148
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	688.780	-
Total (XII)=X+XI	14.508.919	227.179	14.736.098	2.348.876	8.634.662	2.310.167	9.035.730	6.389.148

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Jun/2005						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	540.684	635.989	41.377	30.154	582.061	666.143
Fevereiro	483.830	523.352	50.630	62.758	534.460	586.110
Março	512.109	480.212	50.854	48.115	562.963	528.326
Abril	756.126	516.446	52.605	66.631	808.731	583.077
Maio	567.411	592.071	58.281	65.169	625.692	657.240
Junho	559.146	609.127	66.609	65.047	625.755	674.174
Julho	576.733	510.662	68.584	84.934	645.317	595.597
Agosto	593.608	490.534	62.271	82.891	655.879	573.425
Setembro	579.779		59.257		639.036	
Outubro	659.954		45.404		705.358	
Novembro	517.489		37.499		554.988	
Dezembro	612.124		71.889		684.013	
Total	6.958.992		665.259		7.624.251	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI.

¹ Valores atualizados a preços de agosto/05 pelo IGP-DI/FGV.

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan/2004 - Ago/2005						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	540.684	635.989	41.377	30.154	582.061	666.143
Fevereiro	483.830	523.352	50.630	62.758	534.460	586.110
Março	512.109	480.212	50.854	48.115	562.963	528.326
Abril	756.126	516.446	52.605	66.631	808.731	583.077
Maio	567.411	592.071	58.281	65.169	625.692	657.240
Junho	559.146	609.127	66.609	65.047	625.755	674.174
Julho	576.733	510.662	68.584	84.934	645.317	595.597
Agosto	593.608	490.534	62.271	82.891	655.879	573.425
Setembro	579.779		59.257		639.036	
Outubro	659.954		45.404		705.358	
Novembro	517.489		37.499		554.988	
Dezembro	612.124		71.889		684.013	
Total	6.958.992		665.259		7.624.251	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de agosto/05 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Ago/2005												R\$ 1.000
Ano e mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Município

Balanco Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2005							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Jul-Ago 2005 (b)	% (b/a)	Jan-Ago 2005 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.590.281	1.590.281	222.250	14,0	929.382	58,4	660.899
Receita Tributária	559.548	559.548	75.877	13,6	348.758	62,3	210.790
Impostos	470.000	470.000	67.219	14,3	294.041	62,6	175.959
Taxas	89.548	89.548	8.513	9,5	54.038	60,3	35.510
Outras Receitas Tributárias	-	-	145	-	679	-	(679)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	12.403	10,5	44.580	37,7	73.720
Contribuições Sociais	83.500	83.500	5.064	6,1	16.977	20,3	66.523
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	7.339	21,1	27.603	79,3	7.197
Receita Patrimonial	50.602	50.602	4.418	8,7	20.748	41,0	29.854
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	207	8,9	727	31,3	1.593
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	3.627	24,6	14.530	98,6	207
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	584	1,8	5.489	16,9	27.006
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	15.912	150	0,9	842	5,3	15.070
Receita de Serviços	15.912	15.912	150	0,9	842	5,3	15.070
Transferências Correntes	807.949	807.949	128.850	15,9	509.628	63,1	298.321
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	126.669	16,6	500.147	65,6	262.360
Transf. de Instituições Privadas	432	432	-	-	175	40,5	257
Transferências de Convênios	45.010	45.010	2.181	4,8	9.306	20,7	35.704
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	11.701	10,6	51.027	46,2	59.423
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	6.565	17,0	22.021	57,1	16.519
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	874	20,3	2.836	65,8	1.474
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	4.031	6,4	21.649	34,5	41.051
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	231	4,7	4.521	92,3	379
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(11.149)	15,4	(46.201)	63,7	(26.279)
Receitas de Capital	74.918	74.918	395	0,5	7.703	10,3	67.215
Operações de Crédito	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	395	0,6	5.290	8,7	55.808
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	395	0,7	5.290	9,3	51.515
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.665.199	222.645	13,4	937.085	56,3	728.114
Déficit (II)			16.552				
Total (III) = (I+II)	1.665.199	1.665.199	239.197	14,4	937.085	56,3	728.114
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Ago/2005									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jul-Ago (d)	Jan-Ago (e)	Jul-Ago (f)	Jan-Ago (g)	% (g-c)	
Despesas Correntes	1.436.417	1.324	1.437.741	153.233	1.026.264	223.337	783.525	54,5	654.216
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(36.492)	535.873	10.444	387.686	80.387	307.436	57,4	228.437
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.319	52.405	11.743	47.466	61,4	29.782
Outras Despesas Correntes	786.804	37.816	824.620	132.470	586.173	131.207	428.623	52,0	395.997
Despesas de Capital	223.282	(1.324)	221.958	8.494	93.978	15.860	70.799	31,9	151.159
Investimentos	146.887	(1.911)	144.976	7.919	40.727	6.178	31.904	22,0	113.072
Inversões Financeiras	3.530	587	4.117	-	3.740	749	3.701	89,9	416
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	575	49.511	8.933	35.194	48,3	37.671
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (I)	1.665.199	-	1.665.199	161.727	1.120.242	239.197	854.324	51,3	810.875
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	82.761	-	-
Total (I+II)	1.665.199	-	1.665.199	161.727	1.120.242	239.197	937.085	56,3	810.875

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Conheça a importância da **Tecnologia para o desenvolvimento no Estado**

Leia a revista **Bahia Análise & Dados “Ciência, tecnologia e inovação”**. Essa publicação versa sobre as implicações dos avanços e inovações tecnológicas no desenvolvimento da Bahia e do Brasil, evidenciando a importância do investimento na Ciência como forma de se alcançar o progresso social e econômico.

A revista também traz uma visão mais específica sobre o assunto, abordando casos locais de políticas de C&T, inclusão digital e questões ambientais.

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

